

 ESTADO DO PARANÁ	 DIGITAL
--	--

Folha 1

Órgão Cadastro:	UNESPAR		Protocolo:	Vol.:
Em:	03/10/2018 21:18		15.413.937-0	1
CPF Interessado 1:	861.032.029-49			
Interessado 1:	ANTONIO MARCOS DORIGÃO			
Interessado 2:	-			
Assunto:	ENSINO SUPERIOR	Cidade: APUCARANA / PR		
Palavras chaves:	APROVACAO, REGULAMENTACAO			
Nº/Ano Documento:	50/2018	Origem: UNESPAR/CHEC		
Complemento:	PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA DO CAMPUS APUCARANA DA UNESPAR PARA SUBMISSÃO AO CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO (CEPE) E IMPLANTAÇÃO, SE APROVADO, EM 2019.			
Código TTD:	-	Para informações acesse: www.eprotocolo.pr.gov.br/consultapublica		

MEMORANDO Nº 50/2018 - DIREÇÃO DO CCHE – APUCARANA

Apucarana, 02 de outubro de 2018.

À

Prof. Dra. Maria Simone Jacomini Novak,
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD)
UNESPAR

Assunto: Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática do Campus Apucarana da UNESPAR para submissão ao Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) e implantação, se aprovado, em 2019.

Considerando o Programa de Reestruturação de Curso da PROGRAD que a partir do PDI 2012 -2016 estabeleceu a meta de atualizar e reorganizar os Projeto Pedagógico do Curso da UNESPAR;

Considerando que durante os anos de 2015 a 2018 o Curso de Licenciatura em Matemática do Campus de Apucarana realizou ações para atualizar o PPC do curso dentro das normas e legislações vigente e ainda dentro dos parâmetros necessários à elaboração de uma concepção de curso que dialoga com a realidade dos estudantes e da comunidade.

Considerando que o Colegiado do Curso de Licenciatura em Matemática elaborou o novo projeto e aprovou o documento em reunião, conforme ata em anexo, com previsão de implantação em 2019; e

Considerando que o Conselho do Centro de Ciências Humanas e Educação do Campus de Apucarana homologou a proposta do novo PPC de Licenciatura em Matemática em reunião datada de 02/10/2018 conforme ata e parecer em anexo.

Solicitamos à PROGRAD o encaminhamento da novo PPC de Licenciatura em Matemática para apreciação e homologação no Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE/UNESPAR).

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Cordialmente

Prof. Dr. Marcos Dorigão
Diretor de Centro
UNESPAR – Apucarana / CCHE



Universidade Estadual do Paraná
UNESPAR – Campus Apucarana



ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLEGIADO DE MATEMÁTICA

Realizada em 28 de setembro de 2018 às 14h30min

presentes

André Gustavo Oliveira da Silva, Antonio Marcos Dorigão, Fábio Luis Baccarin, José Ricardo dos Santos, Juliano De Andrade, Letícia Barcaro Celeste Omodei, Luciana Kemie Nakayama, Lucineide Keime Nakayama de Andrade, Maurício Barbosa da Silva, Michele Regiane Dias Veronez, Sérgio Carrazedo Dantas.

No vigésimo oitavo dia do mês de setembro de dois mil e dezoito, reuniu-se o Colegiado do Curso de Matemática, conforme lista de presença acima, após convocação realizada em vinte e um de setembro de dois mil e dezoito, para apreciar o texto do projeto pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática. Após ampla discussão sobre cada seção do texto, inclusive da grade curricular, os membros do colegiado aprovaram o texto do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática.

Nome	Assinatura
André Gustavo Oliveira da Silva	
Antonio Marcos Dorigão	
Fábio Luis Baccarin	
José Ricardo dos Santos	
Juliano De Andrade	
Letícia Barcaro Celeste Omodei	
Luciana Kemie Nakayama	
Lucineide Keime Nakayama de Andrade	
Maurício Barbosa da Silva	
Michele Regiane Dias Veronez	
Sérgio Carrazedo Dantas	



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
Campus Apucarana
Centro de Ciências Humanas e Educação - CCHE



ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA – 02/10/2018.

No dia 02/10/2018 às quinze horas, na Sala dos Coordenadores dos Cursos de Licenciatura no Campus Apucarana da UNESPAR, reuniram-se os membros do Conselho do Centro de Ciências Humanas e da Educação, atendendo convocação datada de 31/07/2018, estando presentes as professoras Amábile Piacentine Drogui, Ana Paula Ferreira de Mendonça, Ana Paula Peron, Eliane Paganini da Silva, Juliane D'Almas e Lucineide Keime Nakayama de Andrade e os Professores Sérgio Carrazedo Dantas e Marcos Dorigão para deliberar e discutir a pauta da convocação em anexo 1. O primeiro assunto foi a deliberação do **novo PPC de Letras Espanhol** com relatoria da Prof. Ana Paula Mendonça que apresentou parecer (anexo 2) considerando os elementos necessários a elaboração de um projeto de curso e posição favorável à aprovação destacando que conseguiu identificar tanto os anseios da comunidade acadêmica quanto da comunidade em geral e ainda como ponto forte a qualidade do texto que representa a indissociabilidade entre ensino, pesquisa extensão. Após estas considerações os membros do Conselho de Centro homologaram a proposta do novo PPC de Letras Espanhol. Na sequência a Prof. Eliane Paganini apresentou parecer (anexo 3) acerca do **novo PPC de Letras Inglês** e relatou que a análise não apontou nenhum problema na elaboração do documento e que estavam presentes os parâmetros necessários a um projeto de curso e recomendou a aprovação da proposta. Os membros do Conselho de Centro acatarem a recomendação da relatoria e homologaram o novo PPC de Letra Inglês. O próximo assunto foi a relatoria do **novo PPC de Letras Português** apresentada pela Prof. Sérgio Dantas que destacou a elaboração do documento, ressaltando a presença da concepção de homem e sociedade e a relação existente entre as diversas partes do texto e apresentando parecer (anexo 4) favorável a aprovação do projeto. Os membros do Conselho de Centro acatarem a recomendação da relatoria e homologaram o novo PPC de Letras Português. A Prof. Amábile Piacentini apresentou parecer (anexo 5) favorável a aprovação do novo **PPC de Licenciatura em Matemática** destacando a preocupação presente no documento com a formação do professor, a minuciosa descrição do processo de avaliação e as disciplinas específicas para a docência. Os membros do Conselho de Centro acatarem a recomendação da relatoria e homologaram o novo PPC de Licenciatura em Matemática. A Prof. Juliane D'Almas apresentou parecer (anexo 6) acerca do **novo PPC de Pedagogia** destacando a qualidade da elaboração do documento, a presença de programas e projetos e a estruturação do processo de avaliação. Em seguida recomendou a aprovação. Os membros do Conselho de Centro acatarem a recomendação da relatoria e homologaram o novo PPC de Pedagogia. Em seguida a Prof. Juliane D'Almas apresentou a solicitação de **licença especial da Prof. Francini Percinoto Poliseli Correa** com aprovação do Colegiado de Inglês e indicação da absorção das atividades de ensino por parte dos professores do curso. A solicitação foi homologada pelos membros do Conselho. A Prof. **Ana Paula Ferreira de Mendonça apresentou solicitação de afastamento para o exterior no mês de novembro** com aprovação do colegiado e previsão de reposição das atividades de ensino, sendo a solicitação homologada pelos membros do Conselho de Centro. A Prof. Juliane D'Almas

[Handwritten signatures and initials]



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
Campus Apucarana
Centro de Ciências Humanas e Educação - CCHE



49 solicitou a inclusão de pauta do Projeto de evento de extensão **"Palestra: Uso**
50 **de aplicativos em sala de aula"** coordenado pela mesma e realizado em
51 01/10/2018 para aprovação *ad referendum*. A professora apresentou a ata de
52 Colegiado e a solicitação foi homologada pelos membros do Conselho de Centro.
53 Em seguida a Prof. Juliane D'Almas apresentou Projeto de evento de extensão
54 **"III Seminário de Pesquisas em Letras Inglês"** coordenado pela Prof. Francini
55 Percinoto Correa e que será realizado de 05 a 07/11/2018. Após considerações
56 dos membros do Conselho de Centro a solicitação foi homologada. Em Outros
57 assuntos e informes o Prof. Marcos Dorigão repassou as informações referente
58 ao **Planejamento 2019** e propôs uma organização dos Colegiados para
59 preenchimento dos documento. Em relação ao teste seletivo para contratação
60 de docentes temporários a ser realizado em novembro de 2018 o Prof.
61 Marcos Dorigão informou que já foi publicado na página da Unespar e solicitou
62 aos coordenadores de curso que verifiquem as informações e auxiliem na
63 divulgação. Foi encaminhado o relatório da audiência da **Minuta da política de**
64 **cotas** da UNESPAR para PROGRAD. O Coli – Congresso das Licenciaturas
65 está finalizando os relatórios. Em relação ao planejamento e **distribuição de**
66 **aulas para 2019** foi destacado a importância de observar a nova resolução de
67 distribuição e discutir com os colegiado. O Prof. Dorigão informou que a
68 distribuição de aulas e **PAD para 2019** serão informados num formulário
69 eletrônico elaborado pela PROGRAD. No tocante ao vestibular e outros
70 processos de seleção 2019 foi discutido as **situações de dependência,**
71 **adaptação e desistência**, sendo que os coordenadores de curso solicitaram
72 especial atenção ao atendimento das rematrículas de desistentes. Em relação
73 ao **horário de aulas** foi solicitado a discussão nos colegiados de curso. Quanto
74 a análise do **calendário 2019** ficou estabelecido que não há sugestões de
75 alterações. Sem mais assunto foi encerrada a reunião e eu, Marcos Dorigão,
76 secretário ad hoc, lavrei a presente ata, que será aprovada a após leitura e
77 assinatura dos presentes listados abaixo.

78
79 Amábil Piacentini *Dorigão*

Amábil P. Dorigão

80
81 Ana Paula Ferreira de Mendonça

[Assinatura]

82
83 Ana Paula Peron

Alison

84
85 Eliane Paganini da Silva

EM

86
87 Juliane D'Almas

Juliane D'Almas

88
89 Lucineide Kelme Nakayama de Andrade

Lucineide K. N. de Andrade

90
91 Marcos Dorigão

[Assinatura]

92
93 Sérgio Dantas

Sergio Dantas

94



PARECER/RELATÓRIO

Origem:	CCHE
Para:	PROGRAD
Assunto:	Proposta de Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura Matemática.
Protocolo nº:	

Parecer

Diante do PPC analisado, recomendo sua aprovação, pois atende todos os requisitos legais para o funcionamento do Curso Licenciatura em Matemática. Apresenta-se muito bem estruturado, deixando claro, para os destinatários do documento, a filosofia do curso, seus fundamentos didático-pedagógicos (incluindo os avaliativos), sua organização curricular e a infraestrutura da qual dispõe. Destaco, como ponto positivo, a integração com demais cursos de licenciatura, via disciplinas optativas, evidenciando a preocupação do curso em propiciar uma formação mais abrangente para seus alunos.


Amábile Piacentine Dorigui

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

MATEMÁTICA

CAMPUS DE APUCARANA

Apucarana
2018

sumário

1. INTRODUÇÃO	3
2. CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	4
3. LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO	4
3.1. AUTORIZAÇÃO DO CURSO:	4
3.2. RECONHECIMENTO DO CURSO	4
3.3. LEGISLAÇÃO GERAL	4
3.4. ATOS LEGAIS DA UNESPAR	4
3.5. BÁSICA	5
4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	7
5. OBJETIVOS	9
5.1. PERFIL DO EGRESSO	9
6. AVALIAÇÃO	11
7. ESTRUTURA CURRICULAR	15
8. DISTRIBUIÇÃO ANUAL DAS DISCIPLINAS E DAS ATIVIDADES	16
9. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	17
9.1. DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	18
9.2. DISCIPLINAS OPTATIVAS	33
9.3. DISCIPLINAS EXTRACURRICULARES	47
10. ATIVIDADE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	48
11. ESTÁGIO SUPERVISIONADO	50
12. ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES	51
13. CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	52
14. CORPO DOCENTE EXISTENTE E NECESSÁRIO	54
15. RESUMO DA QUANTIDADE DE DOCENTES POR TITULAÇÃO:	55
16. RECURSOS NECESSÁRIOS	55
16.1. RECURSOS HUMANOS P/ ADMINISTRAÇÃO DO CURSO	55
16.2. RECURSOS FÍSICOS	55
16.3. RECURSOS FÍSICOS, BIBLIOGRÁFICOS E DE LABORATÓRIOS	55
16.4. RECURSOS MATERIAIS PARA ADMINISTRAÇÃO DO CURSO	57
17. REFERÊNCIAS	58
ANEXO I	61
ANEXO II	81

1. INTRODUÇÃO

A Unespar tem como missão gerar e difundir conhecimento científico, artístico-cultural, tecnológico e inovação, nas diferentes áreas do saber, para a promoção da cidadania, da democracia, da diversidade cultural e do desenvolvimento humano e sustentável, em nível local e regional, sendo que satisfaz referenciais de qualidade para ensino, extensão e pesquisa em nível superior.

Para pensar este documento, houve um movimento promovido pela instituição com a intenção de reorganizar e rever todos os cursos de graduação, desde os mais antigos até os mais atuais. Iniciado em agosto de 2015, o “Programa de Reestruturação dos Cursos de Graduação da Unespar” teve por objetivo principal a consolidação de um projeto universitário público, por meio do estabelecimento de uma política institucional voltada ao fortalecimento, qualificação e articulação de seus cursos de graduação. O Programa envolveu diversas ações, coordenadas pela Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD/Unespar), e mobilizou um grande número de docentes na reformulação dos projetos pedagógicos de 67 cursos, distribuídos nos sete *campi* da Unespar.

Para tanto, como metodologia eleita, instituíram-se Grupos de Trabalho (GT), constituídos por docentes de cursos afins. No caso do GT de Matemática, houve representantes de cinco campi: Apucarana, Campo Mourão, Paranaguá, Paranavaí e União da Vitória. Esse GT se reuniu em vários momentos, sendo que a última reunião foi realizada no campus de Apucarana. A partir das reflexões oriundas dessas reuniões e dos espaços formativos promovidos pela PROGRAD/Unespar, o Colegiado do Curso de Licenciatura em Matemática – não apenas o Núcleo Docente Estruturante (NDE) – passou a realizar trabalhos com vista a reformulação do Curso e apresenta nesse documento o resultado desse esforço coletivo e colaborativo.

2. CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

Curso:	Matemática	
Ano da implantação:	2011	
Campus:	Apucarana	
Centro de área:	Centro de Ciências Humanas e Educação	
Carga horária:	Em horas/aula:	Em horas/relógio: 3360
Habilitação:	Licenciatura	
Regime de oferta:	Seriado anual com disciplinas anuais e semestrais (misto).	
Número total de vagas:	160	
Número de vagas por período:	40	
Turno:	Noturno	

3. LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO

Temos como suporte legal a autorização, reconhecimento e legislações básicas para a implantação e funcionamento do Curso de Licenciatura em Matemática da UNESPAR Apucarana.

3.1. AUTORIZAÇÃO DO CURSO:

- Decreto nº 5139 de 02/07/2012

3.2. RECONHECIMENTO DO CURSO

- Decreto nº 7193 de 22/06/2017 (Decreto, Portaria, Resoluções SETI, Parecer CEE)

3.3. LEGISLAÇÃO GERAL

- Lei nº 9.394/96 (LDB), art. 53, inciso I, que garante autonomia às Universidades para criar e organizar Cursos de graduação.

3.4. ATOS LEGAIS DA UNESPAR

- Estatuto da Universidade Estadual do Paraná. Alterado Resolução 012/2014- COU/UNESPAR, publicada na edição nº 9476 do Diário Oficial do Estado, em 22/06/15).

- Regimento Geral da Universidade Estadual do Paraná. Alterado pela Resolução 014/2014- COU/UNESPAR, publicada na edição nº 9476 do Diário Oficial do Estado, em 22/06/15).

3.4.1. Criação

- Lei Estadual nº 13.283 25/10/2000 criação da UNESPAR. Alterado por: Lei Estadual nº 13.385, de 21 de dezembro de 2001, pela Lei Estadual nº 15.300, de 28 de setembro de 2006 e pela Lei Estadual nº 17.590, de 12 de junho de 2013.

3.5. BÁSICA

- Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de fevereiro de 2003 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Matemática, licenciatura.
- Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.
- Parecer CNE/CP nº 28/01, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;
- Parecer CNE/CP nº 9/01, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais, para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;
- Parecer CNE/CP nº 27/01, que dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP nº 9/01, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais, para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;
- Parecer CNE/CP nº 109/02, que esclarece a aplicação da Resolução de carga horária para os cursos de Formação de Professores;
- Resolução CNE/CP nº 2/02, que institui a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica em nível superior;
- Resolução CNE/CP nº 1/02, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;

- Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.
- Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de fevereiro de 2003 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Matemática, licenciatura.
- Resolução CNE/CES nº 3, de 03 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências.
- Parecer CES/CEE nº 23/11, de 07 de abril de 2011, que trata da oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais – Libras.
- Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.
- Lei nº 11.465, de 10 de março de 2008 – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
- Portaria MEC nº 1.793, de 27 de dezembro de 1994 – Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências.
- Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004 – Autoriza a inclusão de disciplinas na modalidade semipresencial em cursos superiores reconhecidos.
- Parecer CNE/CP nº 003, de 10 de março de 2004 – Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Resolução nº 001, de 17 de junho de 2004 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

- Resolução CNE n. 02, de 15 de junho de 2012 – Estabelece as Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação Ambiental.

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Qual o papel da Universidade na sociedade, na visão de um professor de um curso de Licenciatura em Matemática? Existe uma visão compartilhada, entre os agentes do processo de ensino, acerca da função que a instituição a qual eles pertencem deveria desempenhar no âmbito social e cultural na qual essa está inserida?

É evidente que, apesar da aparente tensão que subsiste entre salvaguardar a pluralidade de ideias e garantir uma gestão democrática dos processos decisórios, de um lado, e, de outro, a necessidade de definir um projeto comum que permita pautar a atuação de cada um e que possa ser apresentado à sociedade, existem, certamente, princípios básicos que regem a vida acadêmica de modo geral e o funcionamento de um Colegiado de Matemática em particular e que são necessariamente compartilhados por todos.

São esses os princípios que, segundo a Constituição brasileira, devem ser garantidos em qualquer instituição de ensino do país, a saber, igualdade, pluralismo e gestão democrática. O professor do curso de Licenciatura em Matemática, ciente de seu papel social de educador e de sujeito epistêmico, se empenhará em transmitir e divulgar a visão segundo a qual o conhecimento matemático pode e deve ser acessível a todos, pois raciocínio lógico, postura crítica e capacidade de resolver problemas, característicos do conhecimento matemático, são instrumentos indispensáveis para o efetivo exercício da cidadania. Assim sendo, o agente do processo de ensino terá clara a sua necessária contribuição para a construção de uma sociedade mais justa, onde as oportunidades sejam iguais para todos, e atuará de modo a alcançar tal objetivo.

A socialização do conhecimento, matemático e não somente, torna possível a compreensão e o questionamento da realidade por parte de todos os envolvidos nos processos de ensino e de aprendizagem, contribuindo para que esses saibam posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva em qualquer âmbito da

sociedade, o que constitui um dos pilares de qualquer democracia e da sociedade civil; isso se torna ainda mais urgente em um país como o nosso, onde as desigualdades e a dificuldade de acesso ao conhecimento e à informação de qualidade ainda constituem a regra, não a exceção.

A consciência da importante contribuição que o ensino da Matemática oferece na formação das capacidades intelectuais do discente representará, portanto, um dos principais fatores que norteará a atuação do professor do Curso de Licenciatura, pois uma mera transmissão-repetição de fórmulas e de técnicas de resolução de questões e problemas não condiz com o objetivo comum de formar agentes de mudança, capazes de alavancar a Educação no Brasil. Pelo contrário, o docente deste Colegiado atuará, conforme o Parecer do Conselho Nacional de Educação, de modo que o licenciado em Matemática possa, por sua vez, contribuir para estimular e difundir o exercício da cidadania, através de uma ação facilitadora da aquisição e estruturação do raciocínio lógico-dedutivo.

Almejamos que se torne cada vez mais claro, para o discente do Curso de Licenciatura em Matemática, com o decorrer do tempo, que o papel que ele desempenhará, quando, por sua vez, se tornar professor dessa disciplina, não será limitado a 'ensinar fórmulas e teoremas' e sim corresponderá a cumprir uma função de importância central na sociedade atual. Tendo isso em vista, será sua preocupação proeminente tornar-se um agente no desenvolvimento da capacidade de generalizar, prever, abstrair e projetar por parte dos discentes; em outras palavras, será seu objetivo primário a aquisição, por parte de seus alunos, de instrumentos indispensáveis para a construção da cidadania.

A partir dessa perspectiva, do papel social dos professores do Colegiado de Matemática da Unespar de Apucarana, apresentamos, neste documento, uma proposta formativa para os estudantes do Curso de Licenciatura em Matemática na modalidade Licenciatura. Essa perspectiva formativa envolve conhecimentos e habilidades necessárias ao desempenho da profissão de professor voltada à Educação Básica:

- sólida formação em tópicos matemáticos e em fundamentos e metodologias do campo educacional que deem condições ao futuro

professor de Matemática de enfrentar desafios da sociedade e do mundo do trabalho;

- fomento à compreensão de conceitos e argumentações matemáticas que contribuam para a formação dos alunos e para o exercício da cidadania;
- constituição de espaços de discussão sobre as políticas públicas que regem a Educação Básica;
- reconhecimento da importância de incentivar e investigar práticas educativas e de desenvolver o espírito de trabalho colaborativo.
- visão de que o conhecimento científico próprio da Matemática pode e deve ser acessível a todos;
- consciência de que o papel do professor é fundamental na superação das dificuldades que seu trabalho possa apresentar.

5. OBJETIVOS

O objetivo do curso de Licenciatura em Matemática da Unespar campus de Apucarana é a formação inicial do professor de Matemática, para que este possa atuar na Educação Básica de forma competente, criativa e crítica, buscando respostas aos desafios e problemas da educação; considerando questões regionais, do cotidiano e da sociedade. Além disso, formação científica que possibilite, ao egresso, a continuidade dos estudos.

5.1. PERFIL DO EGRESSO

No momento de abertura do Curso de Licenciatura em Matemática, sob a perspectiva dos professores que constituíam seu corpo docente, traçaram-se objetivos específicos de formação a partir de um perfil de egresso, o que é reafirmado nesse documento. Mais especificamente, continuamos compreendendo que a competência para educar implica uma aplicação concreta dos conhecimentos e uma demonstração de atitudes de saber relacionar teoria e prática e ser competente como educador da área de Matemática e todas suas funções

pedagógicas. Assim o professor de Matemática deverá apresentar conhecimentos e habilidades, tais como:

- demonstrar conhecimentos curriculares, organizacionais e didáticos que permitam o licenciado em Matemática atuar em sala de aula e desenvolver trabalho coletivo e colaborativo em sua atuação profissional;
- possuir uma formação que o prepare para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mundo do trabalho e das condições de exercício profissional;
- expressar conceitos e ideias com clareza e precisão;
- demonstrar compreensão de que sua prática profissional é fonte de produção de conhecimentos;
- ser consciente de seu papel social de educador, tendo capacidade de se inserir em diversas realidades, com sensibilidade para interpretar as ações dos educandos;
- utilizar as tecnologias de ensino, visando garantir eficácia no exercício de sua profissão e empregar novas ideias e tecnologias para a resolução de problemas;
- compreender questões éticas, culturais e sociais que permeiam o espaço escolar, bem como o papel da escola e da Matemática, com uma visão sócio crítica;
- demonstrar habilidades para lidar com a diversidade, ambiguidade e complexidade das relações em sala de aula, considerando suas diversas origens;
- possuir autonomia no seu processo de aprendizagem e de avaliar a necessidade de formação continuada;
- construir conhecimentos acerca do surgimento e evolução histórica das noções, conceitos e procedimentos matemáticos; informações

acerca dos obstáculos que impedem aos estudantes a aquisição dos saberes matemáticos e; formas de ajudar aos estudantes para que eles compreendam, assimilem, construam por si mesmos os conhecimentos próprios da matemática escolar;

- estimular o pensamento criativo e crítico, com base nos aspectos axiológicos, ideológicos, políticos e culturais presentes na atuação do professor de matemática em sala de aula;
- sensibilizar em relação às necessidades sociais, colaborando, por meio de projetos e serviços sociais, com a comunidade em que estão inseridos.

6. AVALIAÇÃO

A Universidade Estadual do Paraná – Unespar destaca como um de seus princípios direcionadores a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ressaltando que sua missão incide não apenas na promoção do conhecimento, mas também na sua produção, com o fim de promover a cidadania e o desenvolvimento humano. No Estatuto da Unespar, está definido que o: “ensino é indissociável da pesquisa, a qual gera conhecimento e produz ações na extensão, orientando-se segundo a diretriz de uma visão clara do perfil do egresso definido segundo a Missão da Universidade” (PPI, 2012, p. 20). Dessa forma, a articulação entre pesquisa e ensino só tem sentido quando estiver também articulada com a extensão.

Considerando-se que a pesquisa é o processo de produção de conhecimento, com base em uma metodologia específica, que visa a busca de respostas a questões específicas, esse processo deve também orientar-se em uma perspectiva ética, uma vez que o pesquisador deve ter por característica intrínseca a responsabilidade social em relação a sua produção (Estatuto da Unespar, art. 4º). Verifica-se, portanto, que o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está previsto nos documentos oficiais da Unespar como fundamento metodológico, aproximando universidade.

A Unespar possui regulamentos específicos para a pesquisa, para a extensão e os demais marcos regulatórios próprios do ensino. O Curso de Licenciatura em Matemática segue tais documentos para a composição de seus regulamentos próprios quando necessários. O Curso de Licenciatura em Matemática estabelecerá Regulamento de Estágio Supervisionado Obrigatório e de Atividades Acadêmicas Complementares. O Curso conta também com programas institucionais como Pibid, Residência Pedagógica, Pibic, Pibex, dentre outros, sendo que esses obedecem a organização e regulações específicas dos programas, sendo adequadas às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O Colegiado do Curso de Licenciatura em Matemática compreende que a avaliação contempla o processo de análise da aprendizagem do acadêmico e do ensino por parte do professor, e da autoavaliação do curso, em consonância com os demais projetos institucionais e os documentos oficiais. Ela corresponde a um processo permanente e interdisciplinar de diagnóstico, sendo formativa, dinâmica, contínua e sistemática, buscando o fortalecimento do processo de aquisição do conhecimento, historicamente acumulado, docente e discente.

Neste sentido, a avaliação de aprendizagem tem como premissa respeitar a subjetividade do estudante e ao mesmo tempo a busca pela apropriação e construção de um conhecimento permanente coletivo.

A avaliação deve:

Ser realizada por disciplina, considerando-se a frequência. Independente de resultados obtidos, é tido como reprovado na disciplina o aluno que não obtiver frequência de no mínimo de 75% das aulas e outras atividades realizadas, como eventos de formação e capacitação e aulas de estágio. (Unespar, PPI).

Valoriza-se a flexibilidade e a interdisciplinaridade de ações metodológicas e avaliativas. Dessa forma, é necessário estabelecer diferentes modalidades avaliativas no decorrer da formação acadêmica. Os critérios de avaliação da aprendizagem seguem as normas institucionais previstas no Regimento Geral da Unespar.

A avaliação do desempenho dos acadêmicos é estabelecida pelos docentes ao elaborarem seus planos de ensino, sendo considerados instrumentos avaliativos: prova escrita, prova oral, relatórios, trabalho de investigação, auto avaliação, seminários, participação em atividades de grupo, estudos dirigidos, redação de textos técnicos e científicos, apresentação de trabalhos, bem como o professor poderá manter registros sobre o nível de participação, argumentação e comunicação de cada um de seus estudantes. São ainda formas de avaliação as elaboradas pelos docentes e aprovadas pelo Colegiado do Curso antes de sua realização.

As verificações de aprendizagem na forma não escrita são subsidiadas por registros adequados que possibilitem a instauração de processo de revisão.

As notas são bimestrais e os acadêmicos que não atingirem a média anual de aproveitamento 7,0 realizarão exames finais. As notas serão expressas em pontos numa graduação de zero (0,0) a dez (10,0), permitida a fração de décimos.

A avaliação do rendimento acadêmico é realizada em cada disciplina, em função de seu aproveitamento verificado em provas e/ou estudos dirigidos/pesquisas, previamente estabelecidos no plano de ensino de cada docente. A frequência as aulas e demais atividades acadêmicas é obrigatória, sendo vedado o abono de faltas, salvo os casos expressamente previstos em Lei.

Considerar-se-á aprovado em cada disciplina e sem exame, o estudante que obtiver média final de aproveitamento nos quatro bimestres cursados igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades acadêmicas. Prestará exame final na disciplina de acordo com o art. 81 do regimento geral da UNESPAR o aluno que tiver média final igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), devendo obter a média aritmética de 6,0 (seis) com a nota do exame.

A reprovação do estudante na disciplina ocorre:

I. por falta (RF = Reprovado por Falta) quando não cumpre 75% (setenta e cinco por cento) de frequência;

II. por nota (RN = Reprovação por Nota), quando obtém média anual inferior a 4,0 (quatro);

III. por falta e por nota (RFN = Reprovação por Falta e por Nota), se estiver simultaneamente, nas duas condições anteriores.

O Exame Final será realizado conforme o Calendário Escolar. Será aprovado, após a realização do Exame Final, o estudante com média igual ou superior a 6,0 (seis), extraída aritmeticamente entre a média anual e a nota do respectivo exame. Em caso de não comparecimento ao Exame Final, a nota respectiva a ser atribuída ao estudante é 0 (zero).

O Estágio Supervisionado possui seu regulamento específico aprovado pelo Colegiado do Curso em conformidade com o que determina o regimento da Unespar e os objetivos do presente projeto pedagógico.

Cabe ressaltar que o aluno que ingressar na universidade por outra forma que não a de matrícula inicial pela via do Concurso Vestibular ou pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu) ficará sujeito ao mesmo sistema de avaliação e aprovação dos demais alunos.

Os processos de avaliações do corpo docente são realizados, institucionalmente, pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA).

A avaliação educacional externa feita pelo INEP já assume um lugar de destaque na agenda das políticas públicas de educação no Brasil, sendo um mecanismo importante de avaliação externa. Juntamente com as outras avaliações, contribuirá para um conhecimento mais objetivo dos resultados dos processos educacionais. Há, portanto, convergência em torno da importância estratégica de se avaliarem com profundidade os níveis de qualidade do curso, contribuindo para o seu desenvolvimento.

7. ESTRUTURA CURRICULAR

Desdobramento dos núcleos de formação em disciplinas e atividades curriculares		
núcleo de formação	disciplinas	c/h
I - Estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais, articulando:	Didática Geral	60
	Educação e diversidade	60
	Ensino de Funções	120
	Ensino de Geometria	120
	Ensino de Números e Álgebra	120
	Ensino de Probabilidade e Estatística	120
	Filosofia da Educação	60
	Libras	60
	Políticas educacionais	60
	Psicologia da Educação	60
	Sociologia da Educação	60
subtotal:		900
II - Aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional	Álgebra Elementar	60
	Álgebra Linear	120
	Análise real	120
	Cálculo I	120
	Cálculo II	60
	Cálculo III	120
	Estruturas Algébricas	120
	Física	120
	Geometria Analítica	60
	Geometria Espacial	60
	Geometria Plana	120
	História da Matemática	60
	Lógica	60
	Matemática Discreta	60
	Modelagem Matemática na perspectiva da Educação Matemática	60
	Prática de ensino I	60
	Prática de ensino II	120
	Prática de ensino III	120
	Probabilidade e Estatística	60
	Optativa I	60
	Optativa II	60
	Optativa III	60
subtotal:		1860

III - Estudos integradores para enriquecimento curricular	Atividade Acadêmica Complementar (Participação em projetos de pesquisa, extensão, cultura, eventos, disciplinas eletivas, representação estudantil e trabalhos voluntários na comunidade)	200
subtotal:		200
	Estágio Supervisionado - Gestão escolar	80
	Estágio Supervisionado - Ensino Fundamental	160
	Estágio Supervisionado - Ensino Médio	160
subtotal:		400
total geral:		3360

8. DISTRIBUIÇÃO ANUAL DAS DISCIPLINAS E DAS ATIVIDADES

As disciplinas e as atividades ofertadas no Curso de Licenciatura em Matemática da Unespar de Apucarana estão distribuídas anualmente, contando com atividades com oferta presencial com quadro de horários de aulas fixado pelo Colegiado ou semipresencial com a utilização de ambiente online de gestão de cursos (Moodle) ou por meio de atividades orientadas.

1ª série

Disciplinas	oferta	carga horária			
		teórica	apcc	extensão	total
Cálculo I	presencial	120	30		120
Filosofia da Educação	presencial	60	15		60
Geometria Analítica	presencial	60	15		60
Geometria Plana	presencial	120	30		120
História da Matemática	presencial	60	15		60
Lógica	presencial	60	15		60
Matemática Discreta	presencial	60	15		60
Sociologia da Educação	presencial	60	15		60

2ª série

Disciplinas	oferta	carga horária			
		teórica	apcc	extensão	total
Álgebra Elementar	presencial	60			60
Álgebra Linear	presencial	120	15		120
Cálculo II	presencial	60	15		60
Didática Geral	presencial	60	15		60
Ensino de Geometria	presencial	60	10	60	60
Geometria Espacial	presencial	60	15		60

Prática de ensino I	presencial	60	30		60
Políticas educacionais	presencial	60			60
Optativa I	presencial	60			60

3ª série

Disciplinas	oferta	carga horária			
		teórica	apcc	extensão	total
Análise real	presencial	120			120
Cálculo III	presencial	120			120
Ensino de Funções	presencial	60	10	60	60
Ensino de Números e Álgebra	presencial	60	10	60	60
Prática de ensino II	semipresencial	120	30		120
Probabilidade e Estatística	presencial	60	15		60
Psicologia da Educação	presencial	60	15		60
Optativa II	presencial	60			60

4ª série

Disciplinas	oferta	carga horária			
		teórica	apcc	extensão	total
Educação e diversidade	presencial	60	15		60
Ensino de Probabilidade e Estatística	presencial	60	10	60	60
Estruturas Algébricas	presencial	120			120
Física	presencial	120	30		120
Libras	presencial	60			60
Prática de ensino III	semipresencial	120	30		120
Modelagem Matemática na perspectiva da Educação Matemática	presencial	60	15		60
Optativa III	presencial	60			60

9. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

As disciplinas ofertadas no Curso de Licenciatura em Matemática, da Unespar de Apucarana, são fruto de análise da documentação legal que regulamenta a formação de professores, das diretrizes curriculares para o ensino superior, da literatura científica, da prática cotidiana dos docentes, da percepção dos discentes e egressos e dos currículos oficiais propostos para a Educação Básica e estão divididas em obrigatórias e optativas, conforme apresentado a seguir.

9.1. DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

As disciplinas obrigatórias estão apresentadas nos quadros a seguir, acompanhadas das respectivas cargas horárias, ementas e bibliografias básicas.

Cálculo I	
Teórica	120
APCC	30
Total	120
Ementa	<i>Números reais e a reta numérica. A noção intuitiva de função real de variável real. Função afim, função linear, função quadrática. Funções injetivas, sobrejetivas e bijetivas. Funções monótonas. Funções polinomiais. Funções exponenciais e logarítmicas. Funções trigonométricas. Inversibilidade de uma função real de variável real; restrição de funções; as funções trigonométricas inversas. Limites. Continuidade. Noção intuitiva de derivada: os problemas da reta tangente e da velocidade instantânea. Regras de derivação, problemas envolvendo taxas de variação, regra da cadeia, derivada da função inversa, derivadas das funções elementares, problemas sobre taxas relacionadas, derivadas de ordem superior. Aplicações das derivadas: classificação de pontos críticos, problemas de máximos e mínimos. Formas indeterminadas e a Regra de L'Hôpital. Esboço de gráficos de funções.</i>
Bibliografia básica	ÁVILA, G. S. Cálculo das funções de uma variável. v.1. 7ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003. HOFFMANN, L. D. Cálculo - Um curso moderno e suas aplicações. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. LEITHOLD, L. O cálculo com geometria analítica. v. 1. 3. ed. São Paulo: Harbra, 1994. THOMAS, G. B., Cálculo, Vol. I, 10. ed., São Paulo: Pearson Education, 2008. STEWART, J. Cálculo. v. 1. 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

Filosofia da Educação	
Teórica	60
APCC	15
Total	60
Ementa	<i>Conceitos da subjetividade, da liberdade, da autonomia, da ética, da política, da ciência e da religião à luz das filosofias dialéticas, analítica hermenêutica e culturalista, como forma de clarear os desafios da contemporaneidade.</i>
Bibliografia básica	GILES, Thomas Ransom. Filosofia da educação. São Paulo: Editora EPU, 1983. KNELLER, George F. Introdução à filosofia da Educação. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. LIPMAN, Mathew; SHARP, Ann Margaret. A Filosofia na sala de aula. São Paulo:

	Nova Alexandria, 2001. LUCKESI, Cipriano C. Filosofia da Educação. 15^o. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1994. PAVIANI, Jayme. Problemas de filosofia da Educação: o cultural, o político, o ético na escola, o pedagógico, o epistemológico no ensino. 8. ed. Caxias do Sul: Educ, 2010. REBOUL, Olivier. Filosofia da educação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. SAVIANI, Dermeval. Filosofia da Educação Brasileira. 6. ed. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1983. SEVERINO, Antônio Joaquim. Filosofia da Educação. 1. ed. São Paulo: Editora FTD, 2009.
--	---

Geometria Analítica	
Teórica	60
APCC	15
Total	60
Ementa	<i>Vetores no plano e no espaço. Operações com vetores: adição, multiplicação por escalar e produto interno, produto vetorial, produto misto. Sistemas de Coordenadas no plano e no espaço. Estudo da reta e do plano: equações da reta e do plano; ângulo e distância entre retas e planos. Cônicas: Equações reduzidas da elipse, hipérbole e parábola. A equação geral do segundo grau no plano. Superfícies quádricas. A equação geral do segundo grau no espaço.</i>
Bibliografia básica	BOULOS, P; CAMARGO, I. Geometria Analítica – Um tratamento vetorial. 3. ed. São Paulo: Editora Prentice-Hall, 2005. BOULOS, P; CAMARGO, I. Introdução à geometria analítica no espaço, São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 1997. STEINBRUCH, A; WINTERLE, P. Geometria Analítica. 2. ed. São Paulo: MAKRON Books Ltda, 2012.

Geometria Plana	
Teórica	120
APCC	30
Total	120
Ementa	<i>Geometria Plana: conceitos primitivos e construções geométricas fundamentais com régua e compasso; ângulos; triângulos e pontos notáveis; paralelismo e perpendicularidade; quadriláteros; Teorema de Tales; polígonos; semelhança de triângulos; Teorema de Pitágoras; circunferências e círculos; ângulos na circunferência; perímetro e área de figuras planas.</i>

Bibliografia básica	GERONIMO, J. R. FRANCO, V. S. Geometria Plana e Espacial; Um estudo Axiomatico. 2 ed Maringá: Eduem, 2010. GERONIMO, João Roberto; BARROS, Rui Marcos de Oliveira; Franco, Valdeni Soliani. Geometria Euclidiana Plana: Um Estudo com o Software Geogebra. 1. ed. Maringá: Eduem, 2010. LIMA, E. L. et al. A matemática do ensino médio. Vol 2. 4. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática – SBM. (Coleção do Professor de Matemática). 2002. REZENDE, E. Q. F.; QUEIRÓZ, M. L. B. Geometria Euclidiana Plana e Construções Geométricas. 2 ed. Campinas: Editora Unicamp, 2008. SOUZA JÚNIOR, H. A. Desenho Geométrico: Programa Mínimo de construções clássicas fundamentadas. 2. ed. Rio de Janeiro, 1978. WAGNER, E.. Construções Geométricas. Coleção do Professor de Matemática. Rio de Janeiro: SMB, 1998.
----------------------------	---

História da Matemática	
Teórica	60
APCC	15
Total	60
Ementa	<i>História ou historiografia? Reflexão acerca da influência europeia na constituição do conhecimento matemático. Matemáticas na Mesopotâmia e no antigo Egito. A Matemática grega: lendas, problemas, personagens, teorema e demonstrações. A matemática na idade média: Índia, China, países islâmicos e Europa. A revolução científica e a nova geometria do século XVII. Agitações pré-cálculo e origem do cálculo. História da Matemática como apoio didático-pedagógico para a Educação Matemática. Epistemologia da Matemática: natureza, objetivo e evolução do conhecimento matemático e suas relações com a história da Matemática. Limites do pensamento Matemático.</i>
Bibliografia básica	BOYER, C. B. História da Matemática. São Paulo: Blucher, 2012. CONTADOR, P. R. M. Matemática, uma breve história. Vol 1 e 2, Editora Livraria da Física, 2006. EVES, H. Introdução a História da Matemática. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. GARBI, G. G. A rainha das ciências: Um passeio histórico pelo maravilhoso mundo da Matemática. 2. ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2007.

Lógica	
Teórica	60
APCC	15
Total	60
Ementa	<i>Noções de Lógica Matemática. Métodos de demonstração de Teoremas. Indução Matemática.</i>
Bibliografia básica	ALENCAR FILHO, E. Iniciação à lógica matemática. São Paulo: Nobel. 1995. CASTRUCCI, B. Introdução a Lógica Matemática. São Paulo: Nobel, 1984. JERONIMO, J. R. FRANCO, V. S. Fundamento de Matemática: uma introdução à lógica matemática, teoria de conjuntos, relações. 2 ed Maringá, Eduem 2008.

Matemática Discreta	
Teórica	60
APCC	15
Total	60
Ementa	<i>Progressões Aritméticas e Geométricas. Recorrências. Matemática Financeira: juros simples e compostos, taxas, séries uniformes, sistemas de amortização. Análise Combinatória: princípio fundamental da contagem, permutações, combinações. Triângulo de Pascal. Binômio de Newton.</i>
Bibliografia básica	ARAUJO, Carlos Roberto. Matemática Financeira. São Paulo: Editora Atlas, 1993. BONJORNO, J. R. GIOVANNI, J. R. Matemática. São Paulo : Editora FTD. CARVALHEIRO, Luiz. A. F. Elementos de Matemática Financeira. 2ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1977. MORGADO, A.C.O., CARCALHO, J.B.P, Carvalho, P.C.P e Fernandez, P, Análise Combinatória e Probabilidade, SBM, 2004. MORGADO, A. C. ; WAGNER, E.; Zani, S. Progressões e Matemática Financeira. Coleção do Professor de Matemática, SBM, 2005.

Sociologia da Educação	
Teórica	60
APCC	15
Total	60
Ementa	<i>Cultura e sociedade. Instituições sociais. A educação como processo social. Educação e estrutura social. Tendências teóricas da sociologia da educação e sua influência na educação brasileira. Temas de enfrentamento social: formação sócio histórica do Brasil, movimentos sociais, diversidade, inclusão e relações etno-raciais.</i>

Bibliografia básica	LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Sociologia geral. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006. RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da educação. 6. ed. São Paulo: Lamparina, 2011. TOMAZI, Nelson D. Iniciação à sociologia. São Paulo: Atual, 2000.
----------------------------	---

Álgebra Elementar	
Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>Teoria dos Conjuntos: Conjuntos gerais e Conjuntos Numéricos (propriedades sem construção). Relações e funções.</i>
Bibliografia básica	CASTRUCCI, B. Introdução a Lógica Matemática. São Paulo: Nobel, 1984. CASTRUCCI, B. Elementos de teoria dos conjuntos. 7. ed. São Paulo: Nobel, 1975. COUTINHO, S. C. Números inteiros e criptografia RSA. Rio de Janeiro: IMPA/SBM, 1997. JERONIMO, J. R. FRANCO, V. S. Fundamento de Matemática: uma introdução à lógica matemática, teoria de conjuntos, relações. 2 ed Maringá, Eduem 2008.

Álgebra Linear	
Teórica	120
APCC	15
Total	120
Ementa	<i>Matrizes. Determinantes. Sistemas de Equações Lineares. Espaços e subespaços vetoriais. Transformações lineares. Operadores Lineares. Autovalores e Autovetores. Espaço com produto interno.</i>
Bibliografia básica	CARLEN, E. A.; CARVALHO, M. C. V. Álgebra Linear desde o início. Rio de Janeiro: LTC, 2009. COELHO, F. U.; LOURENÇO, M. L. Um curso de álgebra linear. São Paulo: EDUSP, 2001. LIMA, E. L. Álgebra Linear. 7. ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2004. LORETO, Ana Célia da Costa. Álgebra linear e suas aplicações: teoria e exercícios. 3ª. ed. São Paulo: LCTE, 2011. STEINBRUCH, Alfredo; WINTERLE, Paulo. Algebra linear. São Paulo: MAKRON Books Ltda, 2008.

Cálculo II	
Teórica	60
APCC	15
Total	60
Ementa	<i>Integrais indefinidas, propriedades da integral, integração por substituição. Integrais definidas e aplicações. Propriedades e cálculo de integrais definidas. O Teorema Fundamental do Cálculo. Técnicas de Integração. Integrais impróprias. Sequência e Séries.</i>
Bibliografia básica	ÁVILA, G. S. Cálculo das funções de uma variável. v.1. 7ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. HOFFMANN, L. D. Cálculo - Um curso moderno e suas aplicações. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. LEITHOLD, L. O cálculo com geometria analítica. v. 1 e 2. 3. ed. São Paulo: Harbra, 1994. STEWART, J. Cálculo. v. 1. 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. STEWART, J., Cálculo, Vol. II, 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. THOMAS, George B. Cálculo. 11. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2009.

Didática Geral	
Teórica	60
APCC	15
Total	60
Ementa	<i>Didática como campo de conhecimento teórico e prático. Saberes docente como constituição da profissionalidade docente. Currículo. Abordagem das tendências da atuação didática e seu papel na formação do educador matemático. Organização do processo de ensino e aprendizagem da matemática escolar. Conceituação, planejamento, execução e avaliação do processo de ensino e de aprendizagem da matemática escolar da Educação Básica.</i>
Bibliografia básica	FELDMAN, D. Ajudar a Ensino – Relações entre didática e ensino. Porto Alegre, Artmed, 2001. LUCKESI, C. C. Avaliação de aprendizagem escolar. Estudos e preposições. São Paulo: Cortez, 1991. LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1991.

Ensino de Geometria	
Teórica	60
APCC	10
Extensão	60
Total	60
Ementa	<i>Análise das propostas curriculares oficiais relacionadas ao ensino de geometria no Ensino Fundamental e Médio. Apreciação de materiais didáticos e paradidáticos. Discussão e articulação entre os conteúdos que permeiam os currículos da escola básica e a ciência matemática. Identificação de dificuldades tanto para o ensino como para a aprendizagem de geometria. Preparação, elaboração e desenvolvimento de propostas inovadoras de aulas e/ou oficinas de matemática relacionadas ao conteúdo de geometria. Elaboração de material didático.</i>
Bibliografia básica	BORTOLOSSI, H. PAQUINI, R. Simetria – História de um Conceito e suas Implicações no Contexto Escolar, LF Editorial, 2015 BRASIL. PCNEM Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação. Brasília: SEMT/MEC, 1999. BRASIL. PCN+ Ensino Médio: Orientações Educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2002. CARVALHO, Paulo Cezar Pinto. Introdução à Geometria Espacial. 4 ed. Rio de Janeiro: SBM, 2002. DOLCE, Osvaldo; POMPEO, Jose Nicolau. Fundamentos de Matemática Elementar: Geometria Plana. 8. ed. São Paulo: Ed. Atual, 2005. DOLCE, Osvaldo; POMPEO, Jose Nicolau. Fundamentos de Matemática Elementar: Geometria Espacial, Posição e Métrica. 6. ed. São Paulo: Ed. Atual, 2005. LIMA, E. L. Medida e Forma em Geometria, Coleção Professor de Matemática, SBM, 2001.

Geometria Espacial	
Teórica	60
APCC	15
Total	60
Ementa	<i>Geometria Espacial: axiomas e propriedades; paralelismo; perpendicularidade; ângulos entre retas e planos; poliedros; prismas; pirâmides; cilindros, cones e esferas. Semelhança de sólidos e troncos. Inscrição e circunscrição de sólidos. Superfícies e sólidos de revolução.</i>
Bibliografia básica	DOLCE, O.; POMPEO, J. N. Fundamentos de Matemática Elementar, geometria espacial; vol. 09 e 10; 8 ed. Atual Editora; São Paulo; 2008. LIMA, E. L. et al. A matemática do ensino médio. Vol 2. 4. ed. Rio de Janeiro:

	Sociedade Brasileira de Matemática – SBM. (Coleção do Professor de Matemática). 2002. GERONIMO, J. R. FRANCO, V. S. Geometria Plana e Espacial; Um estudo Axiomático. 2 ed Maringá: Eduem, 2010.
--	--

Políticas educacionais	
Teórica	60
APCC	0
Total	60
Ementa	<i>Políticas Públicas e Políticas Educacionais. Contexto histórico, político, social, econômico e sua relação com a organização, a estrutura e o funcionamento da educação básica. Estudo das tendências históricas e atuais das políticas curriculares brasileiras relativas ao ensino de Ciências e Matemática para a escola básica e para a formação do professor que ensina Ciências e Matemática.</i>
Bibliografia básica	

Prática de ensino I	
Teórica	60
APCC	30
Total	60
Ementa	<i>Proposta pedagógica da disciplina de matemática na educação básica. Regimento escolar. Plano de trabalho docente. Escolha de materiais didáticos. Documentos nacionais e estaduais vigentes para o ensino de Matemática na educação básica. Aspectos da gestão escolar. Gestão de recursos na escola.</i>
Bibliografia básica	ALRO, Helle; SKOVSMOSE, Ole. Diálogo e Aprendizagem em Educação Matemática. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 158 p. D AMBROSIO, Ubiratan. Da Realidade À Ação: Reflexões sobre educação e matemática. 6. ed. São Paulo: Editora Summus, 1986. WELLEN, Henrique; WELLEN, Hérica. Gestão organizacional e escolar: uma análise crítica. 1. ed. Curitiba: IBPEX, 2010. 197 p.

Análise real	
Teórica	120
APCC	0
Total	120
Ementa	<i>Números Reais. Sequências e séries de números reais. Noções de topologia na reta. Funções reais: limite e continuidade. Derivada. Fórmula de Taylor.</i>
Bibliografia básica	ÁVILA, G. S. S. Análise matemática para licenciatura. 3. ed. São Paulo: Edgard. Blucher, 2006. FIGUEIREDO, D. G. Análise I. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1996. LIMA, E. L. Análise Real: funções de uma variável. V.1. 10. ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2009.

Cálculo III	
Teórica	120
APCC	0
Total	120
Ementa	<i>Funções de duas variáveis, gráficos, curvas de nível, limite e continuidade. Funções com três ou mais variáveis, derivadas parciais, derivadas de ordem superior, planos tangentes e reta normal, diferenciais, regra da cadeia, derivadas direcionais, vetor gradiente. Pontos críticos: máximos, mínimos e pontos de sela. Máximos e mínimos condicionados, multiplicadores de Lagrange. Integrais duplas, integrais triplas e integrais de linha.</i>
Bibliografia básica	ÁVILA, Geraldo. Cálculo: das funções de uma variável. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2011. FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. Cálculo B. 2. ed. Prentice Hall Brasil, 2007. LEITHOLD, L. O cálculo com geometria analítica. v. 2. 3. ed. São Paulo: Harbra, 1994. STEWART, J., Cálculo, Vol. II, 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. THOMAS, George B. Cálculo. 11. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2009.

Ensino de Funções	
Teórica	60
APCC	10
Extensão	60
Total	60
Ementa	<i>Análise das propostas curriculares oficiais relacionadas ao ensino de funções no Ensino Fundamental e Médio. Apreciação de materiais didáticos e paradidáticos. Discussão e articulação entre os conteúdos que permeiam os currículos da escola básica e a ciência matemática. Identificação de dificuldades tanto para o ensino como para a aprendizagem de funções. Preparação, elaboração e desenvolvimentos de propostas inovadoras de aulas e/ou oficinas de matemática relacionadas ao conteúdo de funções. Elaboração de material didático.</i>
Bibliografia básica	BRASIL. PCNEM Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação. Brasília, SEMT/MEC, 1999. BRASIL. PCN+ Ensino Médio: Orientações Educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens, códigos e suas tecnologias, Brasília, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2002. IESDE. Fundamentos Teóricos do Pensamento Matemático: ludicidade e Psicomotricidade. São Paulo, 2012. IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de Matemática Elementar: Conjuntos e Funções. 8. ed. São Paulo: Editora Atual, 2004. IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo. Fundamentos de Matemática Elementar: Logaritmos. 9. ed. São Paulo: Ed. Atual, 2004. IEZZI, Gelson. Fundamentos de Matemática Elementar: Trigonometria. 8. ed. São Paulo: Editora Atual, 2004.

Ensino de Números e Álgebra	
Teórica	60
APCC	10
Extensão	60
Total	60
Ementa	<i>Análise das propostas curriculares oficiais relacionadas ao ensino de números e álgebra no Ensino Fundamental e Médio. Apreciação de materiais didáticos e paradidáticos. Discussão e articulação entre os conteúdos que permeiam os currículos da escola básica e a ciência matemática. Identificação de dificuldades tanto para o ensino como para a aprendizagem de números e álgebra. Preparação, elaboração e desenvolvimento de propostas inovadoras de aulas e/ou oficinas de matemática relacionadas ao conteúdo de números e álgebra. Elaboração de material didático.</i>

Bibliografia básica	BELFORT, E. e GUIMARÃES, L.C. Álgebra para Professores, Rio de Janeiro: IM-UFRJ, 2000. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais, Brasília: MEC, 1999. BRASIL. PCN+ Ensino Médio: Orientações Educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens, códigos e suas tecnologias, Brasília, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2002. CARAÇA, B. J. Conceitos Fundamentais da Matemática, Lisboa, Gradiva, 2004. CARVALHO, Ana Márcia Tucci; GOMES, Trecenti Marilda. Fundamentos Teóricos do Pensamento Matemático. 2. ed. Curitiba: Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino, 2005. DIAS, marisa da Silva; MORETTI, vanessa Dias. Números e Operações: Elementos Lógico-Históricos Para Atividades De Ensino. 1. ed. Curitiba: IBPEX, 2011.
----------------------------	--

Prática de ensino II	
Teórica	60
APCC	30
ead	60
Total	120
Ementa	<i>Concepções sobre os processos de ensino e de aprendizagem da matemática na Educação Básica. Estudo de tendências metodológicas para o ensino de matemática (resolução de problemas, investigação matemática, modelagem matemática). Elaboração de propostas de ensino para aulas de matemática nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Conceituação, planejamento, execução e avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem da matemática escolar realizados em situações reais de prática pedagógica. Reflexões acerca das tarefas desenvolvidas nas escolas.</i>
Bibliografia básica	BICUDO, M. A. V. Pesquisa em Educação Matemática: Concepções e Perspectivas, São Paulo: Editora UNESP, 1999. BRASIL- Secretaria de Educação Fundamental, Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática – Ensino de quinta a oitava séries. Brasília: MEC/SEF, 1998. D'AMBROSIO, U. Educação Matemática: da teoria à prática. Campinas: Papirus, 1997.

Probabilidade e Estatística	
Teórica	60
APCC	15
Total	60
Ementa	<i>Noções preliminares de estatística: estatística descritiva e indutiva. Estudo da teoria das probabilidades como elemento importante para o estudo da estatística indutiva e como ferramenta importante para a construção de modelos matemáticos que explicam fenômenos coletivos e fornecem estratégias para a tomada de decisões. Amostras como método de obter informações sobre uma população. Distribuições de probabilidades para estatísticas amostrais como médias e proporções. Estudo da inferência e testes de significância. Análise de Regressão.</i>
Bibliografia básica	BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P. A. Estatística Básica. 5. ed. São Paulo: Atual, 2002 MEYER, P. L.; Probabilidade, aplicações à estatística. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. SPIEGEL, M. R. I. Estatística. 3. ed. São Paulo: McGraw Hill, 1993.

Psicologia da Educação	
Teórica	60
APCC	15
Total	60
Ementa	<i>A Psicologia da Educação e suas teorias. Sistemas teóricos de interpretação dos processos de ensino e de aprendizagem. O professor e os processos de ensino e de aprendizagem.</i>
Bibliografia básica	COLL, César. [et al.]. Desenvolvimento psicológico e educação. v. 2. Porto Alegre: Artes Médicas. 1996. CUNHA, Marcus Vinícius da. Psicologia da Educação. Rio de Janeiro: DP e A, 2000. FALCÃO, T. R. Psicologia da Educação Matemática: Uma Introdução. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Educação e diversidade	
Teórica	60
APCC	15
Total	60
Ementa	<i>Educação Inclusiva e a Diversidade como referência para repensar as construções políticas e legais; Etnocentrismo, multiculturalismo, desigualdade e direitos humanos. Identidade e diferenças na escola: família, raça, etnia, religião, gênero e sexualidade. Políticas nacionais de atenção educacional a pessoas com necessidades educacionais especiais, às minorias e demais casos de negação de direitos na</i>

	<i>sociedade. A formação docente numa perspectiva de atendimento à diversidade, direitos humanos e políticas de acesso e permanência ao conhecimento.</i>
Bibliografia básica	GADOTTI, Moacir. Diversidade cultural e educação para todos. Rio de Janeiro: Graal, 1992. HALL, Stuart. A Identidade Cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. SILVA, Thomaz Tadeu da. (Org.). Alienígenas em sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

Ensino de Probabilidade e Estatística	
Teórica	60
APCC	10
Extensão	60
Total	60
Ementa	<i>Análise das propostas curriculares oficiais relacionadas ao ensino de probabilidade e estatística no Ensino Fundamental e Médio. Apreciação de materiais didáticos e paradidáticos. Discussão e articulação entre os conteúdos que permeiam os currículos da escola básica e a ciência matemática. Identificação de dificuldades tanto para o ensino como para a aprendizagem de funções. Preparação, elaboração e desenvolvimento de propostas inovadoras de aulas e/ou oficinas de matemática relacionadas ao conteúdo de probabilidade e estatística. Elaboração de material didático.</i>
Bibliografia básica	BLACKWELL, David. Estatística Básica. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade, 1975. CUNHA, S. Ezequiel. Iniciação à Estatística. Brasília: Editora Lê, 1979. VAN de Walle, JOHN A. Matemática no Ensino Fundamental: Formação de Professores e Aplicação em Sala de Aula. Sexta Edição Artmed Editosa S.A., 2009.

Estruturas Algébricas	
Teórica	120
APCC	0
Total	120
Ementa	<i>Relações e funções. Operações binárias. Grupos. Anéis e Corpos. Anéis e Corpos de Polinômios.</i>
Bibliografia básica	DOMINGUES, H. H.; IEZZI, G. Álgebra moderna. 4. ed. São Paulo: Atual, 2003. GONÇALVES, A. Introdução a Álgebra. Rio de Janeiro: IMPA, 1999. MAIO, W. Fundamentos de Matemática: Álgebra, Estruturas Algébricas e

	Matemática Discreta. Rio de Janeiro: LTC, 2009.
--	---

Física	
Teórica	120
APCC	30
Total	120
Ementa	<i>Movimento retilíneo, movimento em duas e três dimensões, força e movimento, atrito, energia cinética e trabalho, energia potencial, torque e equilíbrio, fluidos e ondas, temperatura, calor e a primeira lei da termodinâmica, entropia e a segunda lei da termodinâmica, eletrostática, corrente e resistência, circuitos, campos magnéticos produzidos por corrente, indução magnética.</i>
Bibliografia básica	HALLIDAY; RESNICK; WALKER. Fundamentos de Física: Vol.1, 2, 3 e 4. 10ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. NUSSENZVEIG, H.moysés. Curso de Física Básica 1: Mecânica. 4. ed. São Paulo: Blucher, 2002. 328 p. SANTOS, Jose Ivan Cardoso dos. Aulas de Física. São Paulo: Ed. Atual, 1979. 177p. SANTOS, Jose Ivan Cardoso dos. Aulas de Física. São Paulo: Ed. Atual, 1979. 177p.

Libras	
Teórica	60
APCC	0
Total	60
Ementa	<i>Informações sobre os surdos (organização social, cultural, lingüística e acessibilidade), aspectos da gramática envolvendo a compreensão e produção de sinais. Práticas de conversação através da língua de sinais.</i>
Bibliografia básica	FERNANDES, E. Linguagem e Surdez. Porto Alegre, ArtMed, 2003. GÓES, M.C.R. Linguagem, Surdez e Educação. Campinas, Autores Associados, 1996. MOURA, M.C. O Surdo: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro, Revinter, 2000. QUADROS, R. Muller. de. Educação de surdo: aquisição da linguagem. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1997. SCLIAR, C. A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

Prática de ensino III	
Teórica	60
APCC	30
Ead	60
Total	120
Ementa	<i>Estudo de tendências metodológicas para o ensino de matemática (Ensino Exploratório, História da Matemática, Matemática Realística, Etnomatemática). Elaboração de propostas para o ensino médio inseridos nas atuais perspectivas da Educação Matemática. Avaliação da aprendizagem escolar de Matemática. Execução e avaliação dos processos de ensino e aprendizagem da Matemática no Ensino Médio em situações reais de prática pedagógica. O currículo de matemática nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Alternativas pedagógicas para a Educação Matemática inclusiva. O exercício docente na formação do professor de matemática. Estágio Supervisionado no Ensino Médio. Reflexões acerca das tarefas desenvolvidas nas escolas.</i>
Bibliografia básica	BICUDO, M. A. V. Pesquisa em Educação Matemática: Concepções e Perspectivas, São Paulo: Editora UNESP, 1999. CARAÇA, B. J. Conceitos Fundamentais da matemática. 9. ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1989. DANTE, L. R. Didática da resolução de Problemas de matemática. São Paulo: Ática, 1989.

Modelagem Matemática na perspectiva da Educação Matemática	
Teórica	60
APCC	15
Total	60
Ementa	<i>Modelagem Matemática na perspectiva da Educação Matemática. As fases da Modelagem Matemática. As diferentes perspectivas e definições de Modelagem Matemática na Educação Matemática. Desenvolvimento, realização e avaliação de atividades de Modelagem Matemática voltadas à sala de aula. Formas de organização e condução de uma modelagem. O papel do professor e do aluno no desenvolvimento de uma modelagem.</i>
Bibliografia básica	BASSANEZI, R. C. Ensino-aprendizagem com modelagem matemática. São Paulo: Contexto, 2002. BASSANEZI, R. C. Modelagem Matemática e implicações no ensino e aprendizagem de Matemática. Blumenau: editora da FURB, 1999. BARBOSA, J. C.; CALDEIRA, A. D.; ARAÚJO, J. L. (Org.). Modelagem Matemática na Educação Matemática Brasileira: pesquisas e práticas educacionais. Recife: Sociedade Brasileira de Educação Matemática, 2007.

9.2. DISCIPLINAS OPTATIVAS

Além das disciplinas obrigatórias os estudantes de Matemática devem cumprir ao menos 3 disciplinas de 60 horas na modalidade optativa, que segundo a orientação da Pró-reitora de Graduação da Unespar¹:

[...] estão computadas na carga horária obrigatória total do curso. Quando da exigência nas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação, estas disciplinas devem ser ofertadas pelo próprio colegiado. Em caso de cursos em que esta exigência não ocorra, bem como daqueles que não possuem diretrizes próprias, ainda assim torna-se facultativo ao colegiado a oferta ou não destas disciplinas. As optativas representam uma oportunidade de aprofundamento e/ou direcionamento pelo estudante na área de estudo, devendo constar em um rol previamente definido no PPC do próprio curso do estudante, incluindo a carga horária da disciplina. Anualmente, em período anterior à renovação da matrícula pelo estudante, cada colegiado deve propor ao Centro de Área no qual pertence, as disciplinas optativas as quais pretende ofertar. Como tais disciplinas compõem a carga horária obrigatória total do curso, o colegiado, já no PPC, deve informar quantas disciplinas optativas deverão ser cursadas em cada período letivo.

Atendendo a estes parâmetros o Curso de Licenciatura em Matemática elaborou sua grade curricular de maneira que os estudantes cursarão disciplinas optativas nas 2^a, 3^a e 4^a séries e essas disciplinas estão divididas em dois grupos.

As disciplinas do Grupo 1 serão ofertadas em articulação com os cursos de formação de professores da Unespar de Apucarana. Estas disciplinas serão realizadas em regime presencial e compartilhadas por estudantes dos cursos de Letras Português, Letras Espanhol, Letras Inglês, Matemática e Pedagogia, atendendo a um critério de distribuição de vagas a ser elaborado pelos colegiados de cursos visando a interação entre os alunos de distintas licenciaturas.

As disciplinas do Grupo 2 serão ofertadas pelo Colegiado de Matemática e abrangem tópicos variados das áreas de Matemática Pura, Matemática Aplicada e Educação Matemática.

¹ MEMORANDO Nº 036/2017-PROGRAD

Grupo 1

A interação em ambientes virtuais e a aprendizagem de línguas	
Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>Ambientes formais e informais de aprendizagem de línguas. Multiletramentos e aprendizagem de línguas A interação com falantes naturais por meio de aplicativos.</i>
Bibliografia básica	BAPTISTA, L.M.T.R. (org.). Autores e produtores de textos na contemporaneidade: Multiletramentos, letramento crítico e ensino de línguas. Campinas, SP: Pontes, 2016. CASSANY, D. En_línea: leer y escribir en la red. Barcelona: Editorial Anagrama, 2012. GARCIA, M.S.S.; MACHADO, D. P. Protagonismo na aprendizagem de línguas pelo uso de aplicativos. In: Revista Científica em Educação à distância. EAD em foco, v. 7, 2017, p.114-123. ESCRIBANO ORTEGRA, M.; GONZÁLES CASARES, C. Tándem online en el aprendizaje autónomo de lenguas extranjeras. Actas del XXIV Congreso de ASELE, 2013. LEFFA, V. J. Interação, mediação e agência na aprendizagem de línguas. In: BARCELOS, A.M.F. (Org.). Linguística Aplicada: reflexões sobre ensino e aprendizagem de língua materna e língua estrangeira. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011, p. 275-295.

Aplicativos para uso em sala de aula	
Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>Conceitos e teorias sobre uso de tecnologias para fins didáticos. Conhecimento e utilização de aplicativos para uso em sala de aula. Práticas de construção de atividades nos aplicativos.</i>
Bibliografia básica	ARAÚJO, J.; LEFFA, V.; Redes sociais e ensino de línguas. O que temos de aprender? São Paulo: Parábola Editorial, 2016. ROJO, R.; MOURA, E.; Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. ZANCHETTA JUNIOR, J. Como usar a internet em sala de aula. Editora Contexto, 2014.

Construção da autonomia moral: cooperação e educação democrática

Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>Desenvolvimento da autonomia moral e implicações para uma educação pautada em princípios democráticos, sob a perspectiva construtivista. Estudo de pesquisas sobre violência, conflitos, indisciplina e bullying no ambiente escolar. Construção de estratégias de negociação nas situações de conflitos interpessoais.</i>
Bibliografia básica	DELVAL, Juan. A escola possível: democracia, participação e autonomia. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007. PIAGET, J. O Juízo Moral na criança. Tradução: Elzon Lenardon. São Paulo: Summus, 1994. KOHLBERG, L. Psicología del desarrollo moral. Bilbao Spain: Desclée de Brouwer, 1992.

Educação sexual na escola

Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>Sexualidade e Educação Sexual no contexto da educação brasileira. Desenvolvimento e manifestações da sexualidade da criança. Educação Sexual na educação básica. Seleção de materiais didáticos.</i>
Bibliografia básica	FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível. 2 ed. Londrina, PR: Edel, 2014. FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação Sexual no dia a dia. Londrina, PR: Edel, 2013. NUNES, Cesar. e SILVA, Edna. A Educação Sexual da criança. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

Espanhol numa perspectiva Intercultural

Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>Espanhol como língua multicultural. Compreensão de textos orais, escritos e multimodais de diferentes origens culturais. Desenvolvimento da competência Intercultural.</i>
Bibliografia básica	BYRAM, M.; FLEMING, M. Perspectivas interculturales en el aprendizaje de idiomas. Enfoques a través del teatro y la etnografía. FERREIRA, C.C.. (Inter) culturalidade em prol da competência comunicativa na aula de línguas estrangeiras ou línguas adicionais. In: FERREIRA, C. C. et al (Orgs.). Tessituras. Londrina: Uel, 2012. p. 49-78.

	GARCÍA, P.G. La cultura, ¿universo compartido? La didáctica intercultural en la enseñanza de idiomas. RedELE: Revista Electrónica de Didáctica ELE., 2004
--	---

Espanhol para negócios	
Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>Unidade e diversidade da língua espanhola voltada para o âmbito específico dos negócios. Desenvolvimento das habilidades de recepção e produção da língua espanhola: oral e escrita.</i>
Bibliografia básica	LARRAÑA DOMINGUEZ, Ainhoa. El léxico de los negocios. Madrid: SGEL, 2005. PROST, Gisèle. Al dí@. Curso superior de español para los negocios. Madrid: SGEL, 2003. BLANCO CANALES, Ana y M^a Sol Villarrubia Zúñiga. Negocios. Manual de español profesional. Alcalá de 4. Henares: Universidad de Alcalá, 2005. CORONADO GONZÁLEZ, María Luisa. A fondo. Madrid: SGEL, 2003. BRENES GARCÍA, Ana M^a. Exposiciones de negocios en español. Madrid: Arco Libros, 2002

Estatística aplicada à pesquisa científica	
Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>Amostragem e Coleta de dados. Utilização do Excel para resumo e filtragem de dados de pesquisa. Gráficos e tabelas. Dados discretos e dados contínuos. Medidas centralizadoras e de dispersão. Inferências a partir de dados de pesquisa.</i>
Bibliografia básica	BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P. A. Estatística Básica. 5. ed. São Paulo: Atual, 2002. FONSECA, J. S. ; MARTINS, G. A. Curso de Estatística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. LAPPONI, J. C. Estatística usando o Excel. 7. ed. São Paulo: Lapponi Treinamento e Editora, 2005. MEYER, P. L.; Probabilidade, aplicações à estatística. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. SPIEGEL, M. R. I. Estatística. 3. ed. São Paulo: McGraw Hill, 1993.

Estratégias de Leitura em língua Espanhola	
Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>Compreensão leitora de textos em Espanhol. Estratégias de leitura. Estudos de gêneros textuais presentes nos diversos campos de atividade humana. Análise de textos e de questões de provas de proficiência em Língua Espanhola.</i>
Bibliografia básica	HEVOT, B.; NORTE, M.B. O processo de leitura em língua estrangeira. Nuances, v.8, 1997 JOINI, K. Estrategias inferenciales en la comprensión lectora. Glosas Didácticas: Revista Eletrónica Internacional, n. 13, 2005. SÁNCHEZ CHÉVEZ, L. E. (2013), La comprensión lectora: hacia una aproximación sociocultural. Diá-logos 12, 7-16.

Estratégias de leitura em língua inglesa	
Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>Desenvolvimento da língua inglesa, com ênfase em estratégias de leitura e uso de Inglês para fins específicos. Leitura e análise de gêneros escritos de diferentes esferas de atividade. Linguagem de média complexidade voltada à compreensão escrita.</i>
Bibliografia básica	KLEIMAN, A. B. Oficina de leitura: teoria e prática. São Paulo: Pontes/Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1997. LAPKOSKI, G. A. O. Do texto ao sentido: teoria e prática de leitura em Língua Inglesa. Editora Intersaberes, 2012. SOUZA, A. G. F. et. al. Leitura em língua inglesa. Uma abordagem instrumental. 2ª ed. Disal Editora, 2010.

Fundamentos da Gramática de Língua Portuguesa	
Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>Estrutura e funcionamento morfológico e sintático da língua portuguesa. Classes de palavras: identificação e mecanismos de flexão. Análise sintática: período simples e período composto. Pontuação, regência, concordância e colocação pronominal.</i>
Bibliografia básica	BACCEGA, Maria Aparecida. Concordância verbal. 4. Ed. São Paulo: Ática, 2006. BECHARA, Evanildo. Lições de português pela análise sintática. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1981.

	BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. CAMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. Estrutura da língua portuguesa. 9a ed. Vozes. Petrópolis.
--	---

Intelectuais da educação e pensamento social brasileiro	
Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>Introdução ao pensamento social brasileiro. Conceito de intelectual. Intelectuais da Educação. Intelectuais brasileiros e sua atuação no cenário educacional do Brasil.</i>
Bibliografia básica	BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. SAID, Edward. Representações do intelectual. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Introdução à Literatura Digital	
Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>História da Literatura Digital: momentos relevantes. Teoria do Texto Digital: tipologias, eletrônico v/s impresso, concepções de produção, leitura e difusão do Texto Digital. Análise de obras particulares a serem determinadas pelo ministrante da disciplina.</i>
Bibliografia básica	HAYLES, Katherine. Literatura eletrônica: novos horizontes para o literário. Trad. Luciana Lhullier e Ricardo Moura Buchweitz. São Paulo: Global, 2009. SANTOS, Alckmar Luiz dos. Leituras de nós: ciberespaço e literatura. São Paulo: Itaú Cultural, 2003. RAMOS, Maria Luiza. Fenomenologia da Obra Literária. 4 ed., Belo Horizonte: UFMG, 2011. ELO. Electronic Literature Collection. 3v. Disponível em: http://collection.eliterature.org. Acesso em: 6/6/2018. CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997.

Literatura e Interfaces	
Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>Narrativa verbal e narrativa visual: aproximações; o diálogo interartes; as escrituras do visual e o imaginário de outras artes no romance; tecnologias da imagem e da informação e transformações na cultura contemporânea.</i>
Bibliografia básica	CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa. O cinema e a invenção da vida moderna. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. FOUCAULT, Michel. Estética: Literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense, 2001. NASCIMENTO, Evando. Ângulos. Literatura e outras artes. Juiz de Fora: Editora UFJF/Argos, 2002. VIEIRA, André Soares. Escrituras do visual: o cinema no romance. Santa Maria: Editora UFSM, 2007.

Mídias Sociais e Educação	
Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>O que são mídias sociais. Construção e administração de Grupos em softwares sociais. Produção de Blogs. Produção de vídeo-aulas para Youtube. Produção e gerenciamento de uma disciplina via Moodle.</i>
Bibliografia básica	BARRABÁSI, A.-L. Linked: A nova ciência dos networks. Tradução de Jonas Pereira dos Santos. São Paulo: Leopardo Editora, 2009. FILATRO, A. Design instrucional na prática. São Paulo: Pearson, 2008. ZANCHETTA JUNIOR, J. Como usar a internet em sala de aula. Editora Contexto, 2014.

Processos de avaliação e seus instrumentos	
Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>Estudo da avaliação do processo de aprendizagem como instrumento indispensável para o planejamento e acompanhamento pedagógico. Análise e elaboração dos diferentes instrumentos de avaliação da aprendizagem.</i>
Bibliografia básica	ANTUNES, Celso. A avaliação da aprendizagem escolar. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2003. HOFFMAN, Jussara. Avaliação Mediadora. Mediação Editora. 2014. LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem escolar. 12. ed. São Paulo:

	Cortez, 2002.
--	---------------

Produção de Objetos no Scratch

Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>Introdução ao Scratch, objetos, variáveis, funções. Produção de animações. Produção de objetos interativos.</i>
Bibliografia básica	FILATRO, A. Design instrucional na prática. São Paulo: Pearson, 2008. SALEN, Katie; Zimmernan, Eric. Regras do Jogo. Vol. 1, 2, 3 e 4. São Paulo: Blucher, 2012. MARJI, Majed. Aprenda a programar com Scratch: uma introdução visual à programação com jogos, arte, ciência e matemática. São Paulo: Novatec, 2014.

Raciocínio lógico

Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>Proposições e conectivos. Operações lógicas. Equivalência Lógica e Implicação Lógica. Álgebra, sentenças e quantificadores. Resolução de problemas envolvendo Raciocínio Lógico. Análise de enunciados.</i>
Bibliografia básica	ALENCAR FILHO, E. Iniciação à lógica matemática. São Paulo: Nobel. 1995. MACHADO, Nilson José; CUNHA, Marisa Ortegoza da Cunha. Lógica e Linguagem Cotidiana. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. SÉRATES, Jonofon. Raciocínio Lógico. São Paulo. Vol. 1 e 2. 2000.

Teatro: do palco à escola

Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>Ampliação de conceitos e perspectivas sobre os elementos constitutivos do teatro, levando em consideração o texto, a cena e o jogo teatral. Origem do teatro ocidental: tragédia. Panorama do teatro brasileiro. Teatro infantil e juvenil. Jogos teatrais na escola, de acordo com a teoria metodologia proposta por Viola Spolin.</i>

Bibliografia básica	BOAL, Augusto. 200 exercícios e jogos para o ator e não-ator com vontade de fazer algo através do teatro. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. (Teatro Hoje). GUINSBURG, J. Da cena em cena. São Paulo: Perspectiva, 2001. (Estudos). PEIXOTO, Fernando (Org.). Reflexões sobre o teatro brasileiro no século XX – Yan Michalski. Rio de Janeiro: Funarte, 2004. MAGALDI, Sábato. Iniciação ao teatro. São Paulo: Ática, 1986. ROUBINE, Jean-Jacques. A linguagem da encenação teatral. Rio de Janeiro: J Zahar, 1998.
----------------------------	---

Universidade e sociedade	
Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>Conceitos de Sociedade, Conhecimento e Educação. As instituições sociais. História da Universidade. A Universidade no Brasil. Intelectuais da Educação e a Universidade. Relação entre universidade e desenvolvimento social. Ensino, pesquisa, extensão e cultura e o compromisso social das universidades. As políticas públicas para a educação superior.</i>
Bibliografia básica	CUNHA, Luiz Antônio. A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora da UNESP, 2007. FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Universidade e poder. 2. ed. rev. Brasília: Plano, 2000. TEIXEIRA, Anísio. A universidade de ontem e de hoje. Organização e introdução: Clarice Nunes. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

Grupo 2

Análise no R^n	
Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>Espaço Euclidiano n-dimensional, sequências em R^n, conjuntos abertos, conjuntos fechados e conjuntos compactos, continuidade, derivadas parciais.</i>
Bibliografia básica	LIMA, E. L. Análise real. Funções de n variáveis. v. 2 Rio de Janeiro: IMPA, 2016. LIMA, E. L. Análise real. Funções de uma variável. v. 1 Rio de Janeiro; IMPA, 2016. LIMA, E. L. Espaços Métricos. Rio de Janeiro: IMPA, 2017. HÖNIG, C. S. Aplicações da Topologia à Análise. Brasil: IMPA, 1976. Rudin. W. Principles of Mathematical Analysis. Macgraw- Hill International Book Company, Tokio, 1976.

	SPIVAK, S. M. Cálculo on Manifolds. United States of America: Addison-Wesley Publishing Company, 1965.
--	--

Aritmética	
Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>Números Naturais: ordem, adição, subtração, multiplicação, potenciação. Representação Decimal: sistema decimal, critérios de divisibilidade, números primos, teorema fundamental da aritmética. Números Inteiros: múltiplos, divisores, algoritmo da divisão, paridade, mínimo múltiplo comum, máximo divisor comum, equações diofantinas lineares. Aritmética dos Restos: congruências, aritmética modular, aplicações à criptografia.</i>
Bibliografia básica	Coutinho, S.C., Números Inteiros e Criptografia RSA, IMPA e SBM, série de Computação e Matemática, 2ª edição, 2014. Hefez, A., Elementos de Aritmética, Textos Universitários, SBM, 2005. Hefez, A., Aritmética, Coleção PROFMAT, SBM, 2014. Martinez, F., Moreira, C., Saldanha, N., Tengan, E., Teoria dos Números – um passeio pelo mundo inteiro com primos e outros números familiares, Projeto Euclides, IMPA, 2010 Millies, C. P. – Coelho, S. P. C., Números: Uma introdução à Matemática, Editora da USP, 2003. Revista do Professor de Matemática, SBM. Rousseau, C., Saint-Aubin, Y., Matemática a Atualidade, Vol. 1, Coleção PROFMAT, SBM, 2015 Sá, C.C., Rocha, J., Treze Viagens pelo Mundo da Matemática, Coleção Professor de Matemática, SBM, 2012 Shokranian, S., Uma introdução à teoria dos Números, Ciência Moderna Ltda., 2008. Vidigal, A., Avritzer, D., Soares, E.F., Bueno, H.P., Ferreira, M.C., Faria, M.C., Fundamentos de Álgebra, UFMG, 2005.

Equações Diferenciais Ordinárias	
Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>Equações diferenciais ordinárias de 1ª ordem e de ordem superior e aplicações.</i>

Bibliografia básica	BOYCE, W. E.; DIPRIMA, R. C. Equações diferenciais elementares e problemas de valores de contorno. 9ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. DOERING, C. A.; LOPES, A. O. Equações Diferenciais Ordinárias. Rio de Janeiro, IMPA, 2005 (Coleção Matemática Universitária). FIGUEIREDO, D. G.; NEVES, A. F. Equações Diferenciais Aplicadas. Rio de Janeiro: IMPA, 1997. (Coleção Matemática Universitária). ZILL, D. G.; CULLEN, M. R. Equações Diferenciais. V. 1. 3ª Ed. São Paulo: Person Makron Books, 2001.
----------------------------	--

Espaços métricos	
Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>Espaço métrico, bolas e esferas, conjuntos limitados, distâncias, isometrias; funções contínuas, homeomorfismos e métricas equivalentes; Definição de espaço topológico.</i>
Bibliografia básica	DOMINGUES, H. H. Espaços Métricos e Introdução a Topologia. São Paulo: Atual, 1982. LIMA, E. L. Espaços Métricos. 5ª Ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2017. SILVA, G. L. Espaços Métricos: com aplicações. Taguatinga-DF: KIRON, 2013.

Filosofia da Educação Matemática	
Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>A Filosofia da Matemática presente na obra de filósofos como (Platão, Aristóteles e Kant). Fundamentos da matemática e natureza de seus objetos e as principais correntes filosóficas da Matemática (Logicismo, Intuicionismo e Formalismo). A verdade e certeza em matemática. A Filosofia, a educação e a educação matemática enquanto complementares na abordagem epistemológica e sociocultural em questões concernentes ao sentido e ao significado dos objetos matemáticos, modos de construção e a sua materialidade. As tendências em Educação Matemática e os fundamentos da matemática sob o crivo reflexivo filosófico e epistemológico e suas implicações para a formação e práxis dos professores. Crítica e reflexão acerca das propostas e ações educacionais quanto ao ensino e aprendizagem da matemática nos diferentes contextos em que ocorrem: nas instituições públicas, nas famílias, na rua, na mídia.</i>
Bibliografia básica	BICUDO, M. A. V. Filosofia da Educação Matemática: fenomenologia, concepções, possibilidades didático-pedagógicas. Maria Aparecida Viggiani Bicudo. (Org.). 1ªed.São Paulo: Editora UNESP, 2010, v. 1, p. 23-47. BICUDO, M. A. V., GARNICA, A. V. M. Filosofia da Educação Matemática. Belo

	Horizonte: Autêntica, 2001. SILVA, J. J. Filosofia da Matemática e Filosofia da Educação Matemática. In: BICUDO, M. A. V. Pesquisa em Educação Matemática: Concepções e Perspectivas, São Paulo, SP: Editora UNESP, 1999.
--	---

Filosofia da Matemática	
Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>Exame de algumas investigações filosóficas acerca de princípios e idéia fundamentais da matemática, seu papel nas ciências e na cultura.</i>
Bibliografia básica	DA COSTA, N. C. A. Introdução aos fundamentos da matemática, 3ª. Ed, Hucitec, 1992. KRAUSE, D. Introdução aos fundamentos axiomáticos da ciência, EPU, 2002. TYMOCZKO, T. (ed.) New directions in the philosophy of mathematics, Birkhauser, 1986.

Introdução à Programação com Scratch	
Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>Introdução ao ambiente de desenvolvimento. Movimento e desenho. Aparência e sons. Procedimentos. Variáveis. Cláusulas de decisões e de repetições.</i>
Bibliografia básica	FILATRO, A. Design instrucional na prática. São Paulo: Pearson, 2008. SALEN, Katie; Zimmernan, Eric. Regras do Jogo. Vol. 1, 2, 3 e 4. São Paulo: Blucher, 2012. MARJI, Majed. Aprenda a programar com Scratch: uma introdução visual à programação com jogos, arte, ciência e matemática. São Paulo: Novatec, 2014.

Matemática Financeira	
Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>Matemática financeira com o uso de calculadora financeira e planilha eletrônica. Métodos para comparação de oportunidades de investimentos.</i>
Bibliografia básica	PUCCINI, E.C., Matemática Financeira, Universidade Aberta do Brasil, 2007 MORGADO, A. C. ; Wagner, E.; Zani, S. Progressões e Matemática Financeira. Coleção do Professor de Matemática, SBM, 2005.

	LIMA, E.L., et AL., A Matemática do Ensino Médio, Volume 2. 6a Ed. Rio de Janeiro, Coleção do Professor de Matemática SBM, 2006.
--	--

Metodologia da Pesquisa Científica

Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>Os níveis de conhecimento. Divisão e classificação das ciências. O método científico. O ensino universitário enquanto produtor de conhecimento científico. A sociedade da informação. Normas e padrões produção de trabalhos acadêmicos. O processo de divulgação científica.</i>
Bibliografia básica	CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 4. ed. Sao Paulo: Makron Books, 1996. MARCONI, A. M.; LAKTOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. MATTAR, J. Metodologia científica na era da informática. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

Polinômios e Equações Algébricas para o Ensino Médio

Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>Números Complexos: forma algébrica, forma trigonométrica, raízes da unidade. Polinômios e suas propriedades básicas. Fatoração de Polinômios. Equações Algébricas. Teorema Fundamental da Álgebra.</i>
Bibliografia básica	GARCIA, A. e Lequain, Y., Elementos de Álgebra, Projeto Euclides, IMPA, 2002. GONÇALVES, A. Introdução à Álgebra, Projeto Euclides, IMPA, 1979. HEFEZ, A., Villela, M.L.T., Polinômios e equações algébricas – Coleção PROFMAT, SBM, 2012. LIMA, E.L., Carvalho, P.C.P., Wagner, E., Morgado, A.C., A Matemática do Ensino Médio, Volume 3, Coleção do Professor de Matemática, SBM, 2006.

Resolução de Problemas na perspectiva da Educação Matemática

Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>Abordagem histórica da Resolução de Problemas. George Polya e a teoria Resolução de Problemas. A pesquisa e o currículo em Resolução de Problemas. Perspectivas atuais da Resolução de Problemas. A Resolução de Problemas na comunidade de Educação Matemática nacional e internacional. A aula de matemática e o</i>

	<i>desenvolvimento de conceitos matemáticos na perspectiva da Resolução de Problemas. Ensino-aprendizagem-avaliação por meio da Resolução de Problemas.</i>
Bibliografia básica	KRULIK, S. A resolução de problemas na matemática escolar. 1. ed. São Paulo: Editora Atual, 1997. ONUCHIC, L. R.; ALLEVATTO, N. S. G.; NOGUTI, F. C. H. JUSTULIN, A. M. (orgs). Resolução de Problemas: Teoria e Prática. Jundiaí, Paco Editorial: 2014. SKOVSMOSE,ole. Educação Matemática Crítica: A Questão da Democracia. 6. ed. Campinas: Papirus, 2011. VALE, I. et al. Padrões no ensino e aprendizagem da Matemática – Propostas curriculares para o ensino básico. Viana do Castelo: Escola Superior de Educação, 2009.

Tecnologias para o Ensino de Matemática

Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>Utilização e avaliação de softwares voltados a produção de conhecimentos matemáticos. Elaboração de propostas de ensino de matemática para o Ensino Fundamental e Médio utilizando recursos tecnológicos. Avaliação e desenvolvimento de recursos de mídia (páginas de internet, blogs, vídeos, grupos de discussões, comunidades virtuais).</i>
Bibliografia básica	D'AMBROSIO, U. Informática, Ciências e Matemática. Série Informática na Educação do Programa Salto para o Futuro – Proinfo. Brasília: MEC, 1999. MORAN, J. M, MASETTO, M. T, BEHRENS, M. A. Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica. Campinas: Papirus, 2000. 173 p. VALENTE, J. A. (org.). O Computadores na Sociedade do Conhecimento. Campinas: Gráfica Central da UNICAMP, 1999a. 156 p.

Teoria dos jogos

Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>Representação de jogos simultâneos. Estratégia dominante, maxi-min e equilíbrio de Nash. Equilíbrio de Nash e eficiência no sentido de Pareto. eliminação iterativa de estratégias estritamente dominadas e racionalidade. Conhecimento comum. Equilíbrios múltiplos: estratégia mista, pontos focais e a coordenação em jogos. Modelos de Cournot e Bertrand. Jogos sequenciais e a representação na forma estendida. Jogos e negociações. Jogos repetidos. Jogos de informação incompleta. Jogos, economia experimental e economia comportamental.</i>

Bibliografia básica	BEKMAN, Otto R.; Costa Neto, Pedro Luiz. Análise estatística da decisão. São Paulo: Edgar Blücher, 1980. BERNI, Duilio de Avila. Teoria dos jogos - jogos de estratégia. Reichmann e Affonso. São Paulo, 2004. CLEMEN, Robert T. Making hard decisions. 2. ed. Duxbury Press. 1995. FIANI, Ronaldo. Teoria dos jogos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
----------------------------	---

Variáveis Complexas	
Teórica	60
Total	60
Ementa	<i>O Conjunto dos números complexos e suas operações. O plano complexo estendido. Funções de variável complexa. Limite e continuidade de funções de variável complexa. Funções analíticas e as equações de Cauchy-Riemann. Teoria da integral. Séries de potências.</i>
Bibliografia básica	AVILA, G. Funções de uma variável complexa. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1974. CHURCHILL, R.V. Variáveis Complexas e suas Aplicações. 9ªed. McGraw-Hill: São Paulo, 2015. NETO, A. L. Funções de uma variável complexa. IMPA: Rio de Janeiro, 2012. SOARES, M. G. Cálculo em uma variável complexa. 4ªed. Rio de Janeiro: IMPA, 2006.

9.3. DISCIPLINAS EXTRACURRICULARES

As disciplinas extracurriculares são um elemento de enriquecimento e diversificação da formação dos estudantes e estão inseridas no contexto deste Projeto Matemática de Curso (PPC) como umas Atividades Acadêmicas Complementares (AAC) e ainda como uma opção individual dos alunos na busca de outros conhecimentos e experiência no decorrer de sua trajetória acadêmica. Segundo a orientação da Pró-reitoria de Graduação da Unespar as disciplinas extracurriculares estão:

Além das disciplinas obrigatórias que compõem o currículo mínimo do curso (distribuídas em obrigatórias, optativas e eletivas), o estudante poderá cursar disciplinas extracurriculares com o intuito de aprofundar conhecimentos específicos em áreas de interesse pessoal, desde que não implique em ônus ao erário da instituição. Nestes casos, a procura pela disciplina é de livre escolha do estudante, porém, os colegiados deverão fixar os limites de contingenciamento de matrículas nas disciplinas, conforme disponibilidade e conveniência administrativas.

A escolha das disciplinas extracurriculares ficará à livre escolha do estudante dentro daquelas ofertadas a partir de normativas e regulamentos estabelecidos pela Unespar.

10. ATIVIDADE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

A Atividade Prática como Componente Curricular (APCC) permeará todo o currículo do curso de Licenciatura em Matemática, sendo 400 horas distribuídas entre as disciplinas ofertadas em todas as séries de maneira a complementar a formação do professor.

Ao aliar teoria e prática em sala de aula, serão desenvolvidas atividades que facilitem a compreensão do contexto escolar e sua diversidade no trato com o conhecimento e sua assimilação e sendo assim as APCC têm como finalidade:

- proporcionar crescimento profissional aos estudantes, tornando-os habilitados para o exercício da profissão, partícipes do grupo profissional e consciente de suas responsabilidades profissionais;
- motivar a construção de valores éticos como base para o caminho da cidadania;
- tornar o estudante um elo entre a IES e as instituições de ensino escolar, de modo a possibilitar um fluxo de constante revisão entre a formação acadêmica e a formação profissional;
- Possibilitar, ao futuro docente, reflexão, seleção e priorização de situações-problema reais sob orientação segura e cuidadosa para aprofundamento teórico da prática educativa, numa tentativa de melhoria qualitativa dessa prática;
- possibilitar a vivência real e objetiva da futura profissão junto às instituições de ensino, em diversos contextos e situações: pública, privada, de centro e de periferias;

- Possibilitar aos estudantes a aplicação de conteúdos apreendidos no respectivo curso de graduação, adaptando-os à realidade e necessidades educacionais das instituições escolares;
- Propiciar aos estudantes a participação em projetos interdisciplinares, ampliando a compreensão e o conhecimento da realidade profissional de ensinar;
- fornecer sólida fundamentação teórica que possibilite ao estudante analisar criticamente a prática pedagógica das instituições escolares e, posteriormente, ter elementos teórico/práticos para analisar a sua própria prática pedagógica;
- possibilitar aos estudantes a reflexão teórica sobre a prática, para a consolidação da formação;
- oportunizar aos estudantes o desenvolvimento de habilidades e comportamentos necessários à atuação pedagógica;
- proporcionar aos estudantes o intercâmbio de informações e experiências concretas que os preparem para o exercício da profissão;
- visualizar o pluralismo das diversas instituições, sem restrições radicais ou de “modismos”, com a percepção da riqueza do conjunto das instituições;
- desenvolver o senso analítico-crítico como base para o exercício do questionamento e da criatividade;
- pesquisar com os estudantes a realidade escolar, desenvolvendo atitudes investigativas em suas atividades de estágio e assim tornado a pesquisa princípio formativo na docência.

11. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

A concepção de estágio, que se assume no curso de Licenciatura em Matemática da Unespar, campus de Apucarana, é aquela que considera o estágio como uma atividade teórica, que instrumentaliza a práxis docente. Sendo assim, o Estágio Curricular Supervisionado é entendido como um momento em que os professores em formação têm possibilidades de mobilizar os conhecimentos específicos e pedagógicos discutidos e aprimorados durante o curso, bem como constituir novos conhecimentos a partir de suas experiências e reflexões. São objetivos do Estágio Curricular Supervisionado:

- proporcionar ao acadêmico experiências na sua futura área de atuação profissional;
- viabilizar elaboração de planos de aula e análise de sua possível contribuição no contexto escolar escolhido como campo de estágio;
- promover a execução dos planos de aula no campo escolhido para estágio;
- favorecer reflexões acerca das atividades e experiências relacionadas ao estágio, também no que concerne à compreensão da tarefa educativa como um compromisso político;
- transformar as atividades relacionadas ao Estágio Curricular Supervisionado em oportunidades para estabelecer diálogos entre a IES e os campos de estágio.

A carga horária do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Matemática, de caráter obrigatório, é de 400 (quatrocentas) horas distribuídas na 2ª, 3ª e 4ª séries do curso, conforme Resolução CNE/CP2/2002 e considera atividades de preparação, estágio de coparticipação, elaboração de materiais didáticos e planos de aula para o estágio de regência, estágio de regência e elaboração do relatório de Estágio Curricular Supervisionado. A supervisão e orientação dessas atividades são realizadas cooperativamente pelos professores do

colegiado de Matemática e pelos professores da Educação Básica que recebem os acadêmicos como estagiários em suas turmas.

Demais aspectos peculiares ao Estágio Curricular Supervisionado, sua supervisão e avaliação estão presentes no Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Matemática (Anexo I), aprovado pelo Colegiado, e está em conformidade com o Regulamento Geral de Estágio da Unespar.

12. ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

Atividades diversificadas são propostas para o enriquecimento da formação do acadêmico de Licenciatura em Matemática, por meio da vivência em distintos campos do conhecimento, permitindo formação sólida e ampla do futuro docente. Serão executadas 200 horas, sendo 100 horas de extensão e 100 horas nos demais grupos. Serão consideradas Atividades Acadêmicas Complementares:

- I. Participação em programas/projetos de pesquisa;
- II. Publicações científicas;
- III. Participação em eventos científicos;
- IV. Apresentação em eventos; (comunicação oral, resumo expandido, minicurso)
- V. Participação em comissões de organização de eventos científicos ou de extensão;
- VI. Participação em comissões, colegiado e conselhos no âmbito da UNESPAR;
- VII. Participação em cursos ou programas/projetos de extensão;
- VIII. Participação e aprovação em disciplinas de cursos em outras Instituições de Ensino Superior reconhecidas pelo MEC ou na própria IES, disciplinas estas não computadas na integralização da matriz curricular do acadêmico;
- IX. Participação em atividades de extensão, expedidas pelos órgãos competentes, para a comunidade em geral;
- X. Participação como monitor de disciplina;
- XI. Estágios voluntários;

- XII. Participação em atividades de formação pedagógica;
- XIII. Cursos específicos da área de Matemática ou Educação realizados de forma presencial ou à distância por meio eletrônico (internet).

É de responsabilidade do aluno a realização e o gerenciamento das atividades acadêmicas complementares, que deverá cumprir ao longo de sua formação acadêmica.

À medida que são cumpridas as atividades válidas como atividades acadêmicas complementares acima definidas, o aluno deverá protocolar fotocópias dos comprovantes originais aos cuidados do colegiado do Curso de Licenciatura em Matemática, para análise e contabilização, por meio de formulário próprio (Anexo A)

O Colegiado analisará somente as atividades desenvolvidas durante o período de realização do Curso de Graduação, ou seja, não serão consideradas atividades realizadas anterior ao ingresso do aluno no Curso de Licenciatura em Matemática.

As horas serão computadas de acordo com as disposições do Regulamento das Atividades Acadêmicas Complementares elaborado pelo colegiado do Curso de Licenciatura em Matemática e anexo a esse documento (Anexo II).

13. CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A concepção de extensão universitária tem sido fruto de debates e discussões e no decorrer da história da universidade no Brasil passou por diversas transformações e “[...] durante a década de 1980, com o fortalecimento da sociedade civil, começa a se configurar um novo paradigma de Universidade, de Sociedade e de Cidadania.” (FORPROEX, 2006, p. 20). A partir de então, com a reabertura de democrática a partir de 1984 e a promulgação da Constituição Federal de 1988 que estabelece que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão representa a base da organização das universidades brasileiras, e partindo de um amplo debate, em 2010 foi apresentando o seguinte conceito:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da

sociedade.

Tomando por base este conceito de extensão universitária a Lei Nº 13.00/2014 que institui o Plano Nacional de Educação – PNE determina em sua Meta 12 que as instituições de ensino superior devem:

12.7) assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;

Ao considerar o conceito de extensão definido pela FORPROEX e a determinação da Lei 1.300/2014, o Curso de Licenciatura em Matemática da Unespar, após reunião e discussões organizadas pela Pró-reitoria de Graduação e Pró-reitoria de Extensão e Cultura e consulta a documentos e experiência apresentados na página da Rede Nacional de Extensão² organizou a curricularização da extensão da seguinte maneira:

- a. Disciplinas dedicadas a iniciação de extensão, abordando conceitos e práticas e a elaboração e desenvolvimento de projetos.
- b. Parte da carga horária de disciplinas dedicadas a realização de extensão.
- c. Participação de estudantes em projetos de extensão como atividade acadêmica complementar (AAC).
- d. Estágio curricular dedicado à prática de ensino em projetos de extensão.

Atendendo a estes critérios, no curso de Licenciatura em Matemática da Unespar de Apucarana os estudantes terão quatro disciplinas com 60 (sessenta) horas dedicadas a extensão universitária, são elas: Ensino de Geometria, Ensino de Funções, Ensino de Números e Álgebra e Ensino de Probabilidade e Estatística. Além disso, os estudantes serão envolvidos em projetos de extensão de professores do colegiado que visam atender necessidades formativas de alunos da Educação Básica, bem como, em projetos de formação continuada de professores de Matemática.

² www.renex.com.br

14. CORPO DOCENTE EXISTENTE E NECESSÁRIO

Professores efetivos

Nome do Docente	Carga horária no curso	Titulação	Regime de trabalho
André Gustavo Oliveira da Silva	40	doutorado	TIDE
Antonio Marcos Dorigão	8	doutorado	TIDE
Debora Menegazzo de Souza	8	mestrado	TIDE
Fábio Luis Baccarin	40	mestrado	TIDE
José Ricardo dos Santos	37	mestrado	T40
Juliano de Andrade	28	doutorado	TIDE
Letícia Barcaro Celeste Omodei	40	mestrado	TIDE
Luciana Kemie Nakayama	40	mestrado	TIDE
Lucineide Keime Nakayama de Andrade	40	mestrado	TIDE
Luiz Jairo Dalaqua	20	mestrado	T40
Michele Regiane Dias Veronez	40	doutorado	TIDE
Rosângela Norvila Valério	40	mestrado	TIDE
Sérgio Carrazedo Dantas	40	doutorado	TIDE

Professores temporários

n	Nome do Docente	Carga horária no curso	Titulação
1	Alessio Gava	8	doutorado
2	Alex	8	mestrado
3	Edimar Izidoro Novaes	16	mestrado
4	Eduardo Alberto da Silva	8	doutorado
5	Fabíola Grasielle Zappiello	8	especialização
6	Mauricio Barbosa da Silva	24	mestrado
7	Romário Tomilheiro Frias	8	graduação

15. RESUMO DA QUANTIDADE DE DOCENTES POR TITULAÇÃO:

titulação	Carga horária no curso
especialização	2
mestrado	11
doutorado	7

16. RECURSOS NECESSÁRIOS

16.1. RECURSOS HUMANOS P/ ADMINISTRAÇÃO DO CURSO

- 1 - Coordenador de Curso
- 1 - Coordenador de Estágios
- 1 - Agente Universitário em tempo parcial para atividades burocráticas

16.2. RECURSOS FÍSICOS

- 5 salas de aulas para atender as 5 turmas, no período noturno,
- 4 salas de permanência e atendimento para docentes.
- 1 Sala de Coordenação de Curso e Coordenação de Estágio.
- 1 Laboratório de Ensino de Matemática.
- Áreas comuns do campus universitário, como laboratórios de informática, biblioteca, quadra poliesportiva, anfiteatros, central de fotocópias, restaurante universitários e sanitários.

16.3. RECURSOS FÍSICOS, BIBLIOGRÁFICOS E DE LABORATÓRIOS

O campus da Unespar em Apucarana está localizado em um terreno de 42.767,29 m², sendo 9.497,97 m² construídos, abrigando salas de aula, instalações sanitárias, laboratórios de língua, de informática, de matemática e de práticas pedagógicas, brinquedoteca, salas de trabalho para professores, auditórios, quadra poliesportiva, biblioteca, Empresa Júnior, restaurante universitário, sala para

coordenação de cursos, gráfica, diretório acadêmico, salas destinadas aos centros de pesquisa na área de Ciências Sociais Aplicadas e área administrativa.

Quanto à questão da acessibilidade, há elevadores para cadeirantes em apenas um dos blocos de salas de aulas, e o campus não conta com piso tátil para atender às necessidades dos deficientes visuais, o que demonstra a urgência de maiores investimentos para adequação do campus às necessidades dos deficientes visuais, físicos e cadeirantes.

As instalações do campus contam ainda com 2 auditórios, nomeados: auditório Gralha Azul com capacidade para 480 pessoas e auditório José Berton com capacidade para 120 pessoas. Foi inaugurada, em abril de 2018, a sala de conferências Hérid Budian, antiga sala de reuniões que foi equipada com instrumentos de som e vídeo para possibilitar melhor interação entre os campi da Unespar e ampliar as possibilidades de intercâmbio com outras instituições de ensino.

Merece destaque a biblioteca, que possui um acervo entre 30 a 35 mil obras e está situada em local central do campus universitário, com fácil acesso para os usuários.

No que concerne às áreas de lazer e convivência, o campus de Apucarana dispõe de quadra poliesportiva e áreas diversas onde os alunos podem socializar, tais como o Diretório Acadêmico Estudantil e refeitório. Há, também, um refeitório e sala com sofás e mesas para os docentes. Além disso, a biblioteca possui salas de estudo em grupos e sala de computadores disponibilizados aos alunos, assim como estações de estudo individuais.

Os equipamentos de atividades pedagógicas e administrativas estão assim distribuídos: sala com computadores para uso dos docentes, computadores e impressoras para técnicos administrativos e professores em funções administrativas. Além disso, há salas de permanência destinadas a todos os colegiados de curso, equipadas com computadores, mesas e cadeiras para recepcionar e orientar alunos. Os coordenadores de curso fazem uso da sala dos coordenadores, que possui estações de trabalho com computadores.

A divisão de graduação, a divisão de pesquisa, divisão de extensão e o controle acadêmico possuem espaços próprios, onde encontram-se também todo material de informática e armários para arquivamento de pautas, projetos e documentos necessários para o funcionamento da universidade. O campus ainda conta com cozinha-piloto, espaço para fotocópias, cantina, guarita, banheiros em todos os blocos de salas de aulas e estacionamento para funcionários e estudantes.

Estão disponíveis à comunidade universitária quatro laboratórios de informática com cerca de 120 computadores, com acesso à internet. O curso de Licenciatura em Matemática conta com laboratório de práticas de ensino, sendo este utilizado também para o desenvolvimento de programas como Pibid e Residência Pedagógica. Neste local, é possível encontrar material didático, jogos, materiais elaborados pelos alunos em disciplinas do curso, projetos, estágios, mesas, cadeiras e dois computadores.

De forma geral o curso conta especificamente com os seguintes espaços:

Espaços	Quantidade
Salas de aulas	5
Salas de permanência e atendimento para docentes	4
Sala de Coordenação de Curso, Coordenação de TCC, Coordenação de Estágio e Coordenação da Extensão.	1
Laboratório de Práticas de Ensino (Projetos, Pibid, Residência Pedagógica).	1

16.4. RECURSOS MATERIAIS PARA ADMINISTRAÇÃO DO CURSO

Para a coordenação do curso utilizamos uma sala compartilhada entre os coordenadores do Centro de Ciências Humanas e Educação, contamos com um computador e impressora, arquivo e mesa para reunião.

17. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)**. Ensino Fundamental. Brasília. MEC/SEF, 1998.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE-CP nº 09, de 08 de maio de 2001. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001.

_____. Parecer CNE-CP nº 28, de 02 de outubro de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a **Duração e a Carga Horária dos Cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasília: CNE, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. PARECER CNE/CP 28/2001 de 18 de janeiro de 2002. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a **Duração e a Carga Horária dos Cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em Nível Superior, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação. **RESOLUÇÃO CNE/CP 001, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2002**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE-CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a **Duração e a Carga Horária dos Cursos de Licenciatura, de Graduação Plena, de Formação de Professores da Educação Básica em nível superior**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE-CES nº 15, de 02 de fevereiro de 2005**. Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP nºs 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2005.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação CEE-PR nº 04/2006**. Institui as Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2006.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 3, de 03 de julho de 2007**, que dispõe sobre Procedimentos a serem adotados quanto ao Conceito de Hora-aula e dá outras Providências. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2007.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Parecer CES/CEE nº 23/11, de 07 de abril de 2011**, que trata da Oferta da Disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2011.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2014.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE-CP nº 02, de 09 de junho de 2015**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2015.

_____. Conselho Nacional de Educação. **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2015.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Decreto Estadual nº 398 de 27/04/87 para institucionalização da FECILCAM**. Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 1983.

_____. Conselho Estadual da Educação. **Portaria Ministerial nº 70/83**. Dispõe da Conversão para Licenciatura Plena. Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 1983. Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 1983.

_____. **Lei Estadual nº 13.283 de 25 de outubro de 2001 para Criação da UNESPAR**. Curitiba, Conselho Nacional de Educação, 2001.

_____. **Lei Estadual nº 17.590 de 12 de junho de 2013 para Credenciamento da UNESPAR**. Curitiba, Conselho Nacional de Educação, 2013.

_____. Conselho Estadual da Educação. **Decreto Estadual nº 9.538 de 5 de dezembro de 2013**. Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 2013.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação CEE/PR nº 02/2015: Normas estaduais para a Educação em Direitos Humanos**. Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 2015.

UNESPAR. **Plano de Plano de Desenvolvimento Institucional**. Unespar, 2011.



_____. **Projeto Político Institucional** aprovado pelo Conselho Universitário Provisório de 21 de maio de 2012. Unespar, 2012.

ANEXO I

REGULAMENTO DE ESTÁGIO DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - CAMPUS DE APUCARANA

TÍTULO I DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS (Curricular e Extracurricular)

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º. Este regulamento estabelece as diretrizes e normas para a organização e funcionamento dos Estágios do Curso de Matemática da Universidade Estadual do Paraná - Campus de Apucarana (UNESPAR – APUCARANA) e atende à Resolução nº 10/22015 – CEPE/UNESPAR.

§ 1º: O Estágio Curricular Supervisionado compreende aquele de natureza obrigatória para integralização do curso, consoante com o campo de atuação profissional do licenciado em Matemática, definido no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e de acordo com a legislação vigente.

§ 2º: O Estágio Extracurricular Supervisionado compreende aquele de natureza não obrigatória, consoante com o campo de atuação profissional do licenciado em Matemática, acrescido à carga horária regular e obrigatória de estágio, prevista no Projeto Pedagógico do Curso.

§ 3º: O Estágio obedecerá, no que couber, o disposto nas Resoluções CNE/CP nº1/2002 e CNE/CP nº2/2002, CNE/CP nº2/2015 e Lei 11788/2008.

CAPÍTULO II

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO ESTÁGIO

Art. 2º. A prática de ensino na forma de Estágio Supervisionado no curso de Licenciatura em Matemática propicia a formação profissional em Matemática para o exercício do magistério dos Ensinos Fundamental e Médio.

Art. 3º. Os estágios curricular e extracurricular do Curso de Matemática são caracterizados como um conjunto de atividades de aprendizagem profissional e cultural proporcionado ao estudante pela participação em situações reais da vida e de seu meio, realizadas sob responsabilidade e coordenação do Colegiado do Curso de Matemática e Coordenação de Estágio do Curso de Matemática.

CAPÍTULO III

OBJETIVOS DO ESTÁGIO

Art. 4º. O estágio obrigatório tem como objetivo:

- I - propiciar o exercício da competência técnica compromissada com a realidade do país na busca de uma sociedade mais justa;
- II - desenvolver atividades para construir uma consistente base conceitual e cultivar a preocupação com o processo ensino-aprendizagem propiciando experiência efetiva da realidade escolar;
- III - gerar condições para a compreensão da tarefa educativa como um ato político de compromisso e solidariedade;
- IV- propiciar, numa dialética teórico-prática, a tradução do conteúdo ensinado na Faculdade para os níveis do Ensino Fundamental e Médio, por meio de um pensamento essencialmente crítico;
- V - desenvolver o espírito de investigação e atitude científica para a solução de problemas.

Art. 5º. O estágio não obrigatório é compreendido como atividade opcional, ou seja, vivência profissional complementar. Esse deve, obrigatoriamente, estar ligado à área de formação dos alunos e não os isenta do cumprimento do estágio obrigatório. O desenvolvimento do estágio não obrigatório é muito importante para a formação profissional dos acadêmicos, pois, propicia maior tempo de integração entre a Universidade Estadual do Paraná - Campus Apucarana e os espaços de atuação, enriquecendo assim o processo de aprendizagem e formação dos egressos.

CAPÍTULO IV

CAMPOS DE ESTÁGIO

Art. 6.º - Constituir-se-ão campos de Estágio:

- I – estabelecimentos oficiais de Ensino Fundamental - Anos Finais e Médio, da rede Municipal, Estadual ou Particular;
- II – instituições sociais, assistenciais, culturais da comunidade alvos de projetos ou programas de ensino, pesquisa e extensão que envolvam atividades escolares relacionadas à Matemática.

Art. 7.º As atividades de Estágio Curricular Supervisionado devem ser realizadas, preferencialmente, no município de Apucarana.

§ 1º: O estágio curricular de regência de classe deverá, necessariamente, ser realizado no município de Apucarana.

§ 2º: O estágio de coparticipação pode ser realizado em outro município desde que duas horas do total das horas de coparticipação sejam realizadas na turma na qual acontecerá a regência de classe.

Art. 8.º O Estágio Supervisionado não obrigatório deve ser realizado em estabelecimentos oficiais de Ensino Fundamental e Médio de caráter público ou privado ou em empresas nas quais as atividades realizadas pelos alunos consideram aplicações de conceitos discutidos no âmbito do curso de licenciatura em Matemática.

CAPÍTULO V

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DIDÁTICA

Art. 9º A estrutura organizacional referente ao Estágio Supervisionado em Matemática está assim distribuída:

- I - Divisão de Ensino de Graduação do Campus;
- II - Colegiado de Curso;
- III – Coordenação do Curso;
- IV – Coordenação de Estágio do Curso;

V – Docentes das disciplinas de prática de ensino vinculadas ao estágio curricular supervisionado;

VI – Orientador de Estágio Supervisionado;

VII – Supervisores do Colegiado, no caso de estágio curricular;

VIII – Supervisor do Campo de Estágio;

IX – Acadêmico-estagiário.

CAPÍTULO VI DAS ATRIBUIÇÕES

Seção I

Da Divisão de Ensino de Graduação do Campus

Art. 10. Ao responsável pela Divisão de Ensino de Graduação do campus compete, no que se refere ao curso:

I - manter contato periódico com o Coordenador de Curso e com o Coordenador de Estágio, para apoiar, subsidiar e discutir questões relativas ao planejamento, organização, avaliação e acompanhamento do Estágio Supervisionado;

II - prestar informações ao Coordenador de Estágio do curso sobre mudanças nas leis e resoluções que regem o Estágio Supervisionado;

III - tomar as providências técnico-administrativas para celebração de convênios junto às Instituições concedentes de Estágio;

IV - manter cadastro atualizado de instituições conveniadas, concedentes de Estágio;

V - informar à direção a necessidade de inclusão na previsão orçamentária das despesas relacionadas à supervisão dos estágios, tendo em mãos as previsões apresentadas pela Coordenação do Curso.

Seção II

Do Colegiado de Curso

Art. 11. Compete ao Colegiado de Curso:

- I – apoiar e subsidiar a coordenação de Estágio no que diz respeito ao pleno desenvolvimento das atividades de Estágio Supervisionado;
- II – indicar um coordenador de estágio curricular;
- III – decidir sobre o número de horas de estágio de coparticipação, de regência de classe e sobre outras atividades pertinentes ao Estágio Curricular Supervisionado;
- IV – estabelecer o instrumento de avaliação que deve ser utilizado pelos supervisores de estágio durante a realização do Estágio Curricular Supervisionado;
- V – propor mudanças e alterações que se façam necessárias no Regulamento do Estágio Supervisionado do Curso;

Seção III

Da Coordenação do Curso

Art. 12. A Coordenação do Curso terá as seguintes atribuições:

- I – subsidiar os docentes das disciplinas de prática de ensino vinculadas ao estágio curricular, os orientadores e os supervisores do Estágio Curricular Supervisionado para o pleno desenvolvimento de suas atividades;
- II – apresentar ao Conselho de Centro de Ciências Humanas e da Educação da UNESPAR, Campus de Apucarana, o Regulamento proposto pelo Colegiado referente ao Estágio Supervisionado, para aprovação;

III– elaborar, juntamente com a coordenação de Estágio, uma planilha de custos para a realização das supervisões do Estágio Curricular Supervisionado, quando for o caso.

IV– encaminhar à Direção do Campus, via Divisão de Ensino de Graduação, a indicação do Coordenador de Estágio Supervisionado.

Seção IV

Da Coordenação de Estágio do Curso

Art. 13. A coordenação de estágio do Curso será exercida por um docente do Curso de Matemática, indicado pelo Colegiado de Curso para tal função.

§ 1º – O Coordenador de Estágio será nomeado por Portaria do Diretor para um período de 2 (dois) anos, podendo ocorrer sua recondução por período igual de tempo.

§ 2º – A carga horária para o Coordenador de estágio do curso será de 5 horas semanais (até 40 alunos), conforme Resolução nº034/2018 – CEPE/UNESPAR.

Art. 14. Ao Coordenador de Estágio do Curso compete:

I – propor ao Colegiado de Curso o sistema de organização e desenvolvimento dos estágios;

II – contatar os campos de estágios curricular para o desenvolvimento do estágio curricular supervisionado;

III - coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades de estágios, em conjunto com os orientadores e supervisores de estágios;

IV – fazer cumprir a programação das atividades pertinentes ao estágio;

V - manter cadastro atualizado de todos os estudantes do seu curso que estão realizando estágios, com especificação dos locais de estágios;

VI - realizar, sempre que necessário, reuniões com os professores orientadores de estágio, com os coordenadores dos estabelecimentos oficiais do Ensino Fundamental e Médio, campos de estágio, para discussão de questões relativas a planejamento, organização, funcionamento, avaliação e controle das atividades de estágio, e, análise de critérios, métodos e instrumentos necessários a seu desenvolvimento;

VII - propor alterações que se façam necessárias no Regulamento de Estágio do Curso;

VIII – assinar os Termos de Compromisso dos Estágios;

IX - apresentar aos acadêmicos matriculados nas disciplinas de estágio, no início do ano letivo, a organização do estágio curricular no curso, bem como o regulamento;

X- Emitir declaração de estágio para o estagiário;

XI - verificar a necessidade de alteração do número de horas de estágio de coparticipação, regência de classe e outras atividades pertinentes ao Estágio Curricular Supervisionado, e apresentá-la ao colegiado de curso para deliberação;

XII - elaborar, juntamente com a coordenação de Curso, uma planilha de custos para a realização das supervisões do Estágio Curricular Supervisionado, quando for o caso;

XIII – organizar a mostra de estágio, em conjunto com os professores das disciplinas de prática de ensino vinculada ao estágio curricular;

XIV – compor banca, com três professores, para socialização das atividades relativas ao estágio curricular desenvolvido no Ensino Médio, ouvida as indicações/sugestões dos alunos matriculados no 4º ano.

Seção V

Dos Docentes das disciplinas de prática de ensino vinculadas ao Estágio Curricular Supervisionado

Art. 15. Os Docentes das disciplinas de prática de ensino vinculadas ao Estágio Curricular Supervisionado devem ser, preferencialmente, professores efetivos, habilitados na área específica do Curso e com experiência no Ensino Fundamental, Médio e Superior.

Art. 16. Compete aos docentes das disciplinas de prática de ensino vinculadas ao Estágio Curricular Supervisionado:

I – organizar o programa das referidas disciplinas, considerando o repasse de orientações das atividades de Estágio Curricular Supervisionado;

- II – elaborar e apresentar aos Supervisores de Estágio do Colegiado o cronograma de datas para as supervisões do estágio de regência;
- III – participar dos encontros e reuniões promovidos pela Coordenação de Estágio ou Coordenação do Curso;
- IV – prestar ao Coordenador de Estágio informações adicionais, quando solicitadas, e solicitar ao mesmo reuniões quando se fizerem necessárias;
- V – organizar a mostra de estágio, em conjunto com a Coordenação de estágio do curso;
- VI – avaliar os relatórios dos estágios de coparticipação e informar aos alunos as notas obtidas nesses relatórios;
- VII - informar aos alunos a nota obtida no estágio de regência;
- VIII - informar aos alunos as notas obtidas na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado.

Seção VI

Dos Orientadores de Estágio Curricular Supervisionado

Art. 17. Os orientadores de Estágio Supervisionado devem ser professores do Colegiado de Matemática com formação em Matemática, Licenciatura ou Bacharelado.

Art. 18. São competências dos Orientadores de Estágio Supervisionado, no que se refere ao estágio curricular:

- I – orientar a elaboração dos planos de aula, propostas de oficinas, o delineamento de tarefas e recursos para a realização do Estágio Curricular Supervisionado;
- II – comunicar aos docentes das disciplinas de prática de ensino vinculadas ao estágio curricular supervisionado quando o acadêmico estagiário estiver com os planos de aula devidamente concluídos;
- III – orientar a elaboração do relatório de estágio das atividades de regência;
- IV – solicitar à coordenação de estágio o desligamento do estagiário àquele Campo de Estágio, quando se fizer necessário;
- V – participar dos encontros e reuniões promovidos pela Coordenação de Estágio ou Coordenação de Curso;

VI - avaliar os relatórios do estágio das atividades de regência (trabalho escrito) e informar as notas aos alunos e ao professor das disciplinas prática de ensino;

VII – atuar como presidente da banca de socialização do estágio de seu orientado, na mostra de estágio.

Seção VII

Do Supervisor do Colegiado

Art. 19. São competências dos Supervisores de Estágio Curricular Supervisionado do Colegiado:

I – supervisionar os Estágios Curriculares conforme cronograma de datas disponibilizado pelos docentes das disciplinas de prática de ensino, vinculadas aos estágios, no Ensino Fundamental – Anos Finais e, no Ensino Médio;

II – avaliar os estagiários segundo instrumento de acompanhamento estabelecido pelo colegiado, efetuando registros de suas observações e ponderações para posterior socialização com os demais supervisores;

III – proporcionar ao estagiário momentos de reflexão acerca das atividades e experiências relacionadas ao estágio;

IV – atuar como membro de banca, na mostra de estágio, quando solicitado pelo Coordenador de Estágio;

V – informar ao docente da disciplina de prática de ensino, vinculadas aos estágios, no Ensino Fundamental – Anos Finais e, no Ensino Médio, sobre a necessidade de interferência na condução do estágio ou desligamento do estagiário, justificando sua proposição;

VI – participar dos encontros e reuniões promovidos pela Coordenação de Estágio ou Coordenação de Curso;

VII - discutir em reunião com os demais Supervisores do Colegiado o desenvolvimento dos acadêmicos-estagiários, colaborando para a avaliação dos estágios de regência deles.

Seção VIII

Do Supervisor do Campo de Estágio

Art. 20. O supervisor do campo de Estágio Curricular, denominado também Professor Regente, deve ser professor com formação em Matemática e ministrar aulas regularmente nas turmas nas quais os estagiários realizarão o Estágio Curricular Supervisionado.

Parágrafo único: Para os estágios realizados pelos alunos do 2º ano fica suspensa a necessidade de se ter um supervisor de campo de estágio.

Art. 21 – São competências do Professor Regente:

- I – ceder suas aulas para que o acadêmico possa realizar suas atividades de estágio ;
- II – informar sobre o seu planejamento de atividades de modo a permitir que o acadêmico estagiário dê continuidade ao seu trabalho;
- III – aprovar o plano de aula, ou o plano de estágio, antes do início das aulas de regência;
- IV – acompanhar as atividades do acadêmico durante as aulas para assegurar a continuidade da formação dos seus alunos, bem como resguardar os interesses da escola;
- V – atestar a frequência dos acadêmico-estagiários.
- VI – solicitar, com anuência da Direção da Escola, o desligamento do estagiário que não apresentar condições mínimas de regência das aulas ou desrespeitar as normas do convênio de estágio, deste regulamento ou da escola concedente.

Art. 22 – O supervisor de Estágio extracurricular deverá ter formação compatível com o curso.

Art. 23 – São competências do Supervisor do campo de Estágio Extracurricular:

- I – auxiliar na elaboração do Plano de Estágio;
- II – acompanhar os acadêmico-estagiários em suas atividades no decorrer do Estágio;
- III – atestar a frequência dos acadêmicos-estagiários;
- IV – auxiliar na elaboração de relatórios de estágio e manifestar-se quanto a eles;
- V – Prestar informações à instituição de ensino, sempre que solicitado;
- VI – solicitar o desligamento do estagiário que não apresentar condições para a continuidade do desenvolvimento das atividades ou desrespeitar as normas do convênio de estágio, do termo de compromisso ou da instituição.

Seção IX

Do Acadêmico-Estagiário

Art. 24. O acadêmico-estagiário do estágio curricular é aquele que está regularmente matriculado no Estágio Supervisionado Obrigatório da 2ª, 3ª e 4ª série do Curso.

Art. 25. São competências do acadêmico-estagiário, no que se refere ao estágio curricular:

- I - informar-se e cumprir as normas e regulamentos do estágio e exigências do campo de estágio;
- II – protocolar para a Divisão de Ensino de Graduação os documentos necessários para realização do estágio curricular;
- III – informar a instituição concedente e o professor regente sobre as atividades a serem realizadas durante o estágio;
- IV – elaborar os planos de aula, propostas de oficinas, tarefas e recursos solicitados pelo docente das disciplinas de prática de ensino vinculadas ao estágio curricular supervisionado, sob orientação de um professor Orientador de Estágio Supervisionado;
- V – propor em seu plano de aula ao menos uma atividade avaliativa na forma escrita e reter cópia das soluções apresentadas pelos alunos para análise posterior;
- VI – apresentar o planejamento das atividades de regência aprovados pelo Orientador de Estágio para o docente da disciplina de prática de ensino vinculado ao estágio que realiza, até a data estabelecida;
- VII – iniciar o Estágio Curricular Supervisionado somente após autorização do Orientador de Estágio e do docente da disciplina de prática de ensino vinculado ao estágio que realiza;
- VIII – comunicar antecipadamente sua ausência no horário de realização do Estágio Curricular Supervisionado ao docente da disciplina de prática de ensino vinculado ao estágio que realiza e à escola envolvida quando da necessidade de ausentar-se;
- IX – repor as horas-aula de estágio quando a justificativa apresentada, comunicando a ausência, tenha sido aceita pela escola e pelo docente de prática de ensino;

X – desempenhar as atividades de Estágio Curricular Supervisionado com responsabilidade e competência, observando as normas de ética profissional no desenvolvimento das suas atividades, devendo cumprir 100% de frequência;

XI– entregar ao docente da disciplina de prática de ensino vinculado ao estágio que realiza em data previamente agendada, os Relatórios de Estágio Curricular Supervisionado;

XII – socializar a realização de seu estágio em sessão pública e avaliada por uma banca, na mostra de estágio promovida pelo curso, no caso de estágio realizado no Ensino Médio.

Parágrafo Único – O acadêmico-estagiário não poderá ter grau de parentesco com o professor supervisor no campo de estágio na condição de cônjuge, ou até o terceiro grau de ascendentes, descendentes e colaterais, por consanguinidade ou afinidade.

Art. 26. O acadêmico-estagiário do estágio extracurricular é aquele aluno matriculado no curso que, mediante à oportunidade oferecida por instituições, opta por realizar atividade de estágio.

Art. 27 – São competências do acadêmico-estagiário, no que se refere ao estágio extracurricular:

I – observar e respeitar as normas contidas neste regulamento;

II – elaborar o Plano de Estágio, acompanhado pelo professor supervisor do campo de estágio;

III – desempenhar as atividades de Estágio Supervisionado com responsabilidade e competência, observando as normas de ética profissional no desenvolvimento das suas atividades e as orientações do Supervisor do Campo de Estágio;

IV – comparecer a reuniões convocadas pelo orientador no decorrer do estágio;

V - comunicar e justificar sua ausência no horário de realização do Estágio Supervisionado ao supervisor de campo de estágio;

VI – entregar ao orientador de estágio, em data previamente agendada, o Relatório Parcial e Final de Estágio, quando previsto no Termo de Compromisso.

TÍTULO II

DOS ASPECTOS PARTICULARES DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 28 - Nos termos das Resoluções CNE/CP nº1/2002, CNE/CP nº2/2002 e CNE/CP nº2/2015, o Estágio Curricular Supervisionado constitui etapa obrigatória do Curso de Licenciatura em Matemática.

Art. 29 - A carga horária do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de licenciatura em Matemática, de caráter obrigatório, é de 400 (quatrocentas) horas distribuídas nas 2ª, 3ª e 4ª séries do curso, conforme Resolução CNE/CP nº2/2002 e CNE/CP nº2/2015.

§ 1.º - A distribuição da carga horária total do Estágio Curricular Supervisionado constitui 40 (quarenta) horas, na 2ª série do curso, 180 (cento e oitenta) horas no Ensino Fundamental– Anos Finais, na 3ª série do curso e, 180 (cento e oitenta) horas no Ensino Médio, na 4ª série do curso.

§ 2.º - Para fins de registro no Termo de Compromisso de Estágio Curricular deverão constar como áreas de estágio respectivamente: Matemática do Ensino Fundamental – Anos Finais e Matemática do Ensino Médio.

Art. 30 - Os alunos que exercem atividade docente regular na Educação Básica durante o período de realização do estágio poderão ter redução da carga horária do Estágio Curricular Supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

§ 1.º - Para obter essa redução de carga horária o aluno, amparado pela legislação vigente, deverá apresentar documentação que comprove sua atuação profissional (efetivo) no Magistério, na disciplina de Matemática, no Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano ou Ensino Médio. O pedido de redução de carga horária deve ser protocolado pelo requerente no Setor de Controle Acadêmico e será encaminhado à Coordenação de Estágio do Curso para apreciação.

§ 2.º - A referida dispensa não isentará o aluno de apresentar relatório das atividades docentes realizadas nas respectivas Escolas e nem da frequência às atividades que forem determinadas pelos professores das disciplinas de prática de ensino por considerá-las prioridades na formação do professor.

§ 3.º - Deverá ser anexada ao relatório documento que comprove tempo de serviço (efetivo) no Magistério, na disciplina de Matemática, no Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano ou Ensino Médio.

CAPÍTULO I

DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art.31. A Prática de Ensino, sob a forma de Estágio Supervisionado, como componente acadêmico, fornece ao aluno, como futuro professor, acesso ao conhecimento das tendências atuais da Educação Matemática e experiências profissionais por meio do exercício da competência técnica, em três momentos:

- I) Na Universidade - no preparo das atividades de Estágio;
- II) Nos estabelecimentos oficiais do Ensino Fundamental e Médio, efetivando o Estágio;
- III) Na Universidade, posteriormente, para análise e avaliação.

Art. 32. As atividades de Estágio Supervisionado, no Curso de Licenciatura em Matemática, devem abranger as seguintes tarefas:

I – Conhecimento dos aspectos que permeiam o processo educativo a partir de entrevista com professores e equipes pedagógica e administrativa da escola; conhecimento sobre o processo de distribuição de carga horária dos professores na escola; conhecimento sobre a escolha de livros didáticos, sobre o plano de trabalho docente e demais aspectos relacionados ao planejamento, execução, coordenação e avaliação do processo educativo.

II - Atividades de preparação (contato com o supervisor do campo de estágio, estudo do conteúdo que está sendo trabalhado, planejamento de atividades) para a realização do estágio de coparticipação no Ensino Fundamental - Anos Finais, para alunos matriculados no Estágio Supervisionado da 3ª série do curso e, Ensino Médio, para alunos matriculados no Estágio Supervisionado da 4ª série do curso;

III – Estágio de coparticipação no Ensino Fundamental - Anos Finais (3ª série do curso) e no Ensino Médio (4ª série do curso);

IV – Elaboração do planejamento para o estágio de regência e oficina, quando for o caso;

V – Pesquisa, confecção e elaboração de recursos didáticos para a realização do estágio de regência;

VI – Estágio de regência no Ensino Fundamental - Anos Finais (3ª série do curso) e no Ensino Médio (4ª série do curso);

VII – Elaboração dos Relatórios de Estágio Curricular Supervisionado;

VIII – Socialização das experiências do Estágio Curricular Supervisionado.

Parágrafo Único – As atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário, bem como as respectivas cargas horárias, devem constar no Plano de Estágio assinado pelo acadêmico estagiário, pela unidade concedente e pelo Coordenador de Estágio do Curso.

CAPÍTULO II

DO ACOMPANHAMENTO E SUPERVISÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 33. O acompanhamento dar-se-á conforme as seguintes modalidades:

- I – Orientação Indireta: os docentes das disciplinas de prática de ensino farão acompanhamento individual e coletivo ao estagiário durante as aulas das referidas disciplinas, especialmente no que se refere às atividades de coparticipação;
- II – Orientação Semidireta: o Orientador de Estágio acompanhará a elaboração do plano de aula, de oficinas, delineamento das tarefas e recursos e elaboração de relatórios;
- III – Orientação Semidireta: o Orientador de Estágio e demais professores do colegiado farão, de forma compartilhada e presencial, a supervisão parcial do estágio de regência;
- IV – Orientação Direta: O Supervisor no Campo de Estágio (Professor Regente) acompanhará de forma presencial as atividades desenvolvidas pelo acadêmico- estagiário, naquele local.

Art. 34. A supervisão será assim realizada:

I – no caso do conhecimento da estrutura escolar e seu funcionamento e, do estágio de coparticipação: será realizada pelo professor da disciplina de prática de ensino a partir dos relatórios (ou portfólio) entregue pelos alunos.

II – no caso da oficina: cada oficina será supervisionada por dois professores do curso, respeitada suas disponibilidades.

III – no caso da regência:

- a) os alunos a realizam no Ensino Fundamental terão de 8 a 10 aulas supervisionadas por um conjunto de professores do curso de Matemática, favorecendo uma avaliação formativa do estagiário;
- b) os alunos a realizam no Ensino Médio terão 4 aulas supervisionadas por um conjunto de professores do curso de Matemática, favorecendo uma avaliação formativa do estagiário.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E CARGA HORÁRIA DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 35. O estágio de coparticipação compreende a seguinte organização: I – Para os alunos que realizam estágio no Ensino Fundamental: devem realizar o estágio de coparticipação no primeiro semestre do ano letivo, em dupla ou individualmente, perfazendo um total de 20 horas, sendo 4 em cada série (ano) do EF (6º, 7º, 8º e 9º) e 4 na escola (PPP, infraestrutura, hora atividade).

II – Para os alunos que realizam estágio no Ensino Médio: devem realizar o estágio de coparticipação no primeiro semestre do ano letivo, individualmente, perfazendo um total de 15 horas, sendo 4 em cada série (ano) do EM (1º, 2º e 3º) e 3 na escola (PPP, infraestrutura, hora atividade).

Art. 36. O estágio de regência compreende a seguinte organização:

I – Para os alunos que realizam estágio no Ensino Fundamental: regência de 12 aulas, no segundo semestre do ano letivo, em dupla ou individualmente, em uma única turma de EF (6º, 7º, 8º ou 9º).

II – Para os alunos que realizam estágio no Ensino Médio: oficina de 4 horas para alunos do EM, ofertada no primeiro semestre do ano letivo, em dupla ou individualmente, sobre um tema indicado pela escola ou definido na disciplina de Prática de Ensino. Essa oficina deve ser realizada duas vezes, em dois dias consecutivos, totalizando 8 horas (as escolas inscrevem os alunos para as oficinas); regência de 6 aulas, no terceiro bimestre do ano letivo, individualmente, em uma única turma de EM (1º, 2º ou 3º).

Art. 37. A totalidade das horas de Estágio Curricular Supervisionado fica assim distribuída:

I – Para os alunos do 2º ano do curso de Licenciatura em Matemática:

a) 4 horas para contato com professores e equipes pedagógica e administrativa para apresentar a proposta do estágio nessa etapa da sua formação inicial e ter acesso aos documentos da escola;

b) 4 horas para leitura e conhecimento dos documentos que regem a estrutura e organização escolar;

c) 4 horas para elaboração de questionário para entrevista com professores e equipe pedagógica e administrativa;

d) 8 horas para realização de entrevistas com professores, pedagogos e diretores de escola e acompanhamento desses profissionais em suas funções extraclasse;

- e) 18 horas para elaboração de portfólio com todas as atividades desenvolvidas durante o estágio e para análise das respostas às entrevistas;
- f) 2 horas para socialização das experiências proporcionadas nesse estágio.

II - Para os alunos do 3º ano do curso de Licenciatura em Matemática (estágios realizados no Ensino Fundamental – Anos Finais):

- a) 16 horas de atividades de preparação (contato com o supervisor do campo de estágio, estudo do conteúdo que está sendo trabalhado, planejamento de atividades) para a realização do estágio de coparticipação;
- b) 20 horas de estágio de coparticipação;
- c) 16 horas para elaboração do relatório do estágio de coparticipação;
- d) 60 horas para planejamento do estágio de regência;
- e) 12 horas de estágio de regência;
- f) 52 horas para elaboração do relatório do estágio de regência;
- g) 4 horas para socialização das experiências do estágio curricular.

III – Para os alunos do 4º ano do curso de Licenciatura em Matemática (estágios realizados no Ensino Médio):

- a) 8 horas de atividades de preparação (contato com o supervisor do campo de estágio, estudo do conteúdo que está sendo trabalhado, planejamento de atividades) para a realização do estágio de coparticipação;
- b) 15 horas de estágio de coparticipação;
- c) 8 horas para elaboração do relatório do estágio de coparticipação;
- d) 30 horas para planejamento da oficina;
- e) 8 horas de oficina;
- f) 20 horas para elaboração do relatório da oficina;
- g) 2 horas para socialização das experiências proporcionadas nas oficinas;
- h) 30 horas para planejamento do estágio de regência;
- i) 6 horas de estágio de regência;
- j) 45 horas para elaboração do relatório do estágio de regência;
- k) 8 horas para socialização das experiências do estágio curricular, em sala e na mostra de estágio.

CAPÍTULO IV

DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 38. A Avaliação será parte integrante do processo de formação devendo ser de forma sistemática, contínua e global durante a elaboração dos planejamentos, da realização do estágio, dos relatórios e da socialização das experiências do Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 39. A sistemática de avaliação será desenvolvida cooperativamente pelos supervisores de estágio, orientadores de estágio e professor das disciplinas de prática de ensino, vinculadas ao estágio curricular.

Art. 40. A nota da regência de classe será composta pela nota da regência em sala de aula e a nota da regência nas oficinas, quando houver.

Parágrafo Único - A nota final de regência será estabelecida coletivamente, pelos supervisores de estágio de regência, com referência no(s) instrumento(s) de acompanhamento de estágio.

Art. 41. A média final da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado será calculada de forma ponderada, compondo-a da seguinte forma:

I- Para os alunos do 2º ano do curso de Licenciatura em Matemática a nota das atividades relativas ao estágio tem peso 4 (quatro) e o relatório do estágio (portfólio) tem peso 6 (seis).

II – Para os alunos do 3º ano do curso de Licenciatura em Matemática a nota do estágio de coparticipação tem peso 2 (dois), a regência de classe tem peso 5 (cinco) e o(s) relatório(s) do estágio de regência, peso 3 (três).

III – Para os alunos do 4º ano do curso de Licenciatura em Matemática a nota do estágio de coparticipação tem peso 1 (um), a oficina tem peso 2 (dois), a regência de classe tem peso 2 (dois), o(s) relatório(s) da oficina e do estágio de regência, tem, respectivamente, peso 1 (um) e peso 2 (dois) e a arguição na banca, durante a mostra de estágio, peso 2 (dois).

Art. 42. Considerar-se-á aprovado no Estágio Curricular Supervisionado o acadêmico-estagiário que obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete) na regência de classe e média final também igual ou superior a 7,0 (sete).

Art. 43. Se a nota na regência de classe for inferior a 7,0 (sete), o estagiário deverá realizar novo estágio, podendo ou não ser na mesma instituição e com os mesmos conteúdos. De qualquer forma, fica mantida a nota mínima 7,0 (sete) para aprovação.

§ 1º: O estagiário deverá realizar, antes da regência, a elaboração dos planos de aula. Poderá ser designado outro professor orientador ou mantido o mesmo, dependendo da disponibilidade do colegiado.

§ 2º: Caso haja mudança de local ou supervisor no campo de estágio, o acadêmico-estagiário deve observar a necessidade de estabelecimento de convênio e/ou novo termo de compromisso.

§ 3º: Para o Estágio Curricular Supervisionado não se aplica as normas referentes ao Exame Final.

§ 4º: O aluno, quando aprovado na disciplina de prática de ensino, mas não aprovado no Estágio Curricular Supervisionado, deve realizar novamente todas as atividades vinculadas ao estágio, incluindo a disciplina de prática de ensino relativa ao estágio em que ele foi reprovado.

TÍTULO III DOS ASPECTOS PARTICULARES DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 44 – O estágio extracurricular constitui atividades realizadas pelo acadêmico ao longo do curso, de natureza não obrigatória, em campos e áreas compatíveis com o curso de Licenciatura em Matemática.

Parágrafo único: O estágio extracurricular não será computado como atividade complementar.

Art. 45 – A realização de estágio extracurricular não isenta o acadêmico do Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 46 – Nos termos da legislação vigente, no estágio extracurricular, o estagiário, obrigatoriamente, deverá receber bolsa ou outra forma de contraprestação, bem como auxílio transporte e estar assegurado contra acidentes.

§ 1º: A concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação, bem como o auxílio transporte, deverá constar no Termo de Compromisso.

§ 2º: O valor da bolsa ou outra forma de contraprestação, bem como o auxílio-transporte, deverá ser acordado entre as partes, unidade concedente e estudante, na ausência de legislação específica.

TÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 47. O seguro de acidentes pessoais em favor do estagiário será providenciado pela UNESPAR, Campus de Apucarana, quando do estágio curricular e pela Instituição concedente, quando do estágio extracurricular.

Art. 48. O cumprimento das horas de Estágio Supervisionado será em horário contrário ao funcionamento do Curso, salvo exceções, decididas pela Coordenação de Estágios do Curso juntamente com a Coordenação de Curso.

Art. 49. O acompanhamento e o registro das atividades previstas neste documento será efetuado em fichas padrões elaboradas pelo Colegiado de Curso ou pela Coordenação de Estágio, porém apreciadas em reunião de Colegiado.

Art. 50. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Divisão de Ensino de Graduação, após análise e parecer da Coordenação do Curso e Coordenação de Estágio do Curso de Matemática, levando-se em consideração a Lei Nacional de Estágio, e todas as legislações específicas da Matemática que

abordam o Estágio Supervisionado e Regulamento Geral de Estágio da Universidade Estadual do Paraná.

ANEXO II

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

Do Objetivo das Atividades Acadêmicas Complementares

Art. 1º. O objetivo das Atividades Acadêmicas Complementares - AAC é o enriquecimento da formação do acadêmico de Licenciatura em Matemática, por meio da vivência em distintos campos do conhecimento, permitindo formação sólida e ampla do futuro docente.

Do Requisito para Colação de Grau

Art. 2º. O acadêmico deverá cumprir a carga horária de 200 horas de Atividades Acadêmicas Complementares, sendo 100 horas de extensão e 100 horas dos demais grupos. Essas horas deverão ser cumpridas através das práticas previstas neste regulamento, desde que previamente homologadas pelo coordenador do curso de Licenciatura em Matemática.

Art. 3º. O cumprimento das Atividades Acadêmicas Complementares, descritas nas publicações das matrizes curriculares, é um dos requisitos para a colação de grau, que deverá ser obtido ao longo da graduação do discente.

Do Aproveitamento e Cômputo das AAC

Art. 4º. Serão computadas as atividades complementares que forem desenvolvidas pelo aluno durante a integralização do Curso.

Art. 5º. São consideradas Atividades Acadêmicas Complementares:

- I. Participação em programas/projetos de pesquisa;
- II. Publicações científicas;
- III. Participação em eventos científicos;

- IV. Apresentação em eventos; (comunicação oral, resumo expandido, minicurso)
- V. Participação em comissões de organização de eventos científicos ou de extensão;
- VI. Participação em comissões, colegiado e conselhos no âmbito da UNESPAR;
- VII. Participação em cursos ou programas/projetos de extensão;
- VIII. Participação e aprovação em disciplinas de cursos em outras Instituições de Ensino Superior reconhecidas pelo MEC ou na própria IES, disciplinas estas não computadas na integralização da matriz curricular do acadêmico;
- IX. Participação em atividades de extensão, expedidas pelos órgãos competentes, para a comunidade em geral;
- X. Participação como monitor de disciplina;
- XI. Estágios voluntários;
- XII. Participação em atividades de formação pedagógica;
- XIII. Cursos específicos da área de Matemática ou Educação realizados de forma presencial ou à distância por meio eletrônico (internet).

Art. 6º. As horas de Atividades Complementares realizadas pelo aluno são computadas dentro dos seguintes limites máximos, mediante a comprovação com carga horária especificada:

Grupos de Atividades Acadêmicas Complementares
Grupo 1 – Limite máximo para cômputo: 100 horas
Participação em programas/projetos de extensão. (Programa Institucional de Bolsa de Extensão Universitária, Programa Institucional de Bolsa à Iniciação à Docência, Residência Pedagógica entre outros). Participação em eventos: seminários, congressos, palestras, simpósios, colóquios, encontros, entre outros. Participação em cursos de extensão, expedidos pelos órgãos competentes, para a comunidade em geral. Participação em atividade de formação pedagógica.
Grupo 2 – Limite máximo para cômputo: 80 horas

Participação em programas/projetos de pesquisa ou ensino. (Programa Institucional de Bolsas à Iniciação Científica, Programa de Iniciação Científica, Programa Institucional de Bolsa à Iniciação Tecnológica e Inovação, entre outros)

Grupo 3 – Limite máximo para cômputo: 60 horas

Publicações científicas: artigo completo (30 horas por publicação), resumo (10 horas por publicação) e comunicações científicas (10 horas por comunicação).

Grupo 4 – Limite máximo para cômputo: 40 horas

Participação em comissões de organização de seminários, congressos, palestras, simpósios, colóquios, encontros entre outros. Participação em processo eleitoral, comissões, colegiado e conselhos.

Grupo 5 – Limite máximo para cômputo: 80 horas

Estágios Voluntários. Participação como monitor de disciplina.

Grupo 6 – Limite máximo para cômputo: 60 horas

Participação e aprovação em disciplinas de cursos em outras Instituições de Ensino Superior reconhecidas pelo MEC ou na própria IES, disciplinas estas não computadas na integralização da matriz curricular do acadêmico.

Grupo 7 – Limite máximo para cômputo: 20 horas

Participação em campanhas ou outras atividades de caráter social, cívica, ambiental e responsabilidade social.

Do Procedimento para o Cômputo das Atividades Acadêmicas Complementares

Art. 7º. O cômputo das Atividades Acadêmicas Complementares é realizado pelo coordenador do curso de Licenciatura em Matemática, mediante o requerimento solicitado pelo acadêmico junto ao Protocolo (anexo A).

Disposições Gerais

Art. 8º. São de responsabilidade do acadêmico a iniciativa, a realização e o gerenciamento das Atividades Acadêmicas Complementares, que deverá cumprir ao longo de seu curso de Licenciatura em Matemática. O acadêmico poderá, com antecedência adequada, solicitar ao coordenador, esclarecimento sobre a aceitabilidade ou não de alguma atividade, devendo para tanto trazer informações oficiais e seguras para orientar a resposta.

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pelo colegiado do curso de Licenciatura em Matemática.

Art. 10º. Este regulamento entra em vigor a partir da data de sua publicação.

ANEXO A

Nome:				
CPF:				
curso:				
série:				
e-mail:				
telefone:				
Relacione, por ordem cronológica, todos os seus certificados, declarações ou demais documentos, preenchendo conforme informações descritas no referido documento.				
n	Data	Entidade Promotora/ Nome do Evento	grupo	Carga horária a ser considerada

Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6	Grupo 7	Grupo 8	TOTAL

Assinatura do Acadêmico

Apucarana, ____ de ____ de ____.

Despacho do Coordenador: _____